



ACADEMIA MILITAR

A Guarda Nacional Republicana no pós-25 de abril: o processo da reforma agrária

Autor: Aspirante Aluno de Infantaria da GNR Mauro Rafael Magalhães Dantas

Orientador: Coronel de Infantaria da GNR Nuno Andrade

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2018



ACADEMIA MILITAR

A Guarda Nacional Republicana no pós-25 de abril: o processo da reforma agrária

Autor: Aspirante Aluno de Infantaria da GNR Mauro Rafael Magalhães Dantas

Orientador: Coronel de Infantaria da GNR Nuno Andrade

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2018

EPÍGRAFE

“Só a Lei e a Missão mandam na Guarda” (Esmeriz, 1980, p. 4).

DEDICATÓRIA

Em homenagem ao Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana,
General Passos de Esmeriz (27OUT75 – 27AGO82).

AGRADECIMENTOS

O presente estudo foi corporizado com o contributo, direto ou indireto, de várias pessoas, sem o qual não seria possível a sua realização. Por essa razão, expresso publicamente o meu reconhecimento e gratidão a todos aqueles que contribuíram para a realização desta etapa.

Em primeiro lugar, uma palavra de profundo agradecimento ao meu orientador, o Sr. Coronel Nuno Andrade, pela dedicação, disponibilidade e compromisso na orientação prestada, pela celeridade na resposta e auxílios prestados, pelas horas despendidas na orientação deste relatório científico, e pelo conhecimento transmitido, que se traduziu num contributo inigualável.

À Academia Militar e à Escola da Guarda, por toda a instrução e formação prestada e pela transmissão e partilha de valores que me concederam ao longo de cinco anos.

Ao Curso Tenente-General Bernardim Freire de Andrade por todos os agradáveis momentos que passámos ao longo destes últimos anos.

Aos meus camaradas do XXIII Curso de Oficiais da Academia Militar, que contribuíram para o meu crescimento tanto profissional como pessoal, e em particular para o relatório científico, pelo apoio na formatação, revisão do texto, e ainda o esclarecimento de qualquer dúvida espontânea.

Gostaria de deixar também, o meu agradecimento aos militares e civis do Arquivo Histórico da GNR, pela sua ajuda e apoio durante a realização deste trabalho.

Aos meus amigos, pelo apoio e ânimo ao longo deste ciclo de formação, e em particular ao Jorge Iglésias pelo auxílio no tratamento dos dados.

À minha família, pela educação e pelo estímulo constante ao longo desta jornada.

A todos vós, bem-haja!

RESUMO

A página da história contemporânea de Portugal do presente estudo, alude à redistribuição fundiária em Portugal pós-25 de abril de 1974, popularmente designada por reforma agrária, um processo conturbado e longo que despertou o interesse da sociedade portuguesa desde então.

A investigação tem por objetivo analisar a atuação da Guarda Nacional Republicana, no período entre 20 de abril de 1976 e 28 de setembro de 1983, nas ações de entrega de terras decorrentes do processo da reforma agrária, na região da Zona de Intervenção da Reforma Agrária. Discriminadamente, pretende-se caracterizar o contexto histórico da reforma agrária, descrever a atuação da Guarda Nacional Republicana no processo, localizar as zonas e identificar os períodos de maior e menor incidência de atuação, e dissecar o contributo da Guarda Nacional Republicana no processo da reforma agrária.

A essência lógica deste estudo é o método indutivo. A investigação parte de dados particulares, para descobrir relações entre eles, com o desígnio de conceber uma lei geral. Portanto, privilegia-se uma abordagem quantitativa que fornece resultados concretos. Sobre a estrutura, o relatório científico contém uma fase exploratória, uma fase analítica e uma fase conclusiva. A investigação segue uma pesquisa documental e um tratamento de materiais primários, que culmina num corpo organizado de conhecimento sobre a intervenção da Guarda Nacional Republicana, na reforma agrária.

Do novo conhecimento sublinha-se: cerca de metade dos casos ocorreram em 1980, preenchendo grande parte da Zona de Intervenção da Reforma Agrária, com incidência no centro do Alentejo; 93,34 % dos casos foram para estabelecer condições de segurança para os técnicos do Ministério da Agricultura e Pescas procedessem às entregas, maioritariamente de terras; em 94,55 % dos casos não se verificou resistência de forças externas à Guarda Nacional Republicana; e registam-se 2,53 % de casos com incidentes.

No fundo, a investigação revela que num dos momentos mais críticos da história contemporânea de Portugal, abarcado por um teatro de operações que se reconhece como complexo, porventura de interesses antagónicos, foi a Guarda Nacional Republicana que garantiu a condução do processo para a estabilidade desejada, contribuindo assim, para a consolidação da democracia em Portugal.

Palavras-Chave: reforma agrária; Guarda Nacional Republicana; história contemporânea de Portugal; segurança; democracia.

ABSTRACT

The page of the contemporary history of Portugal in the present study refers to the land redistribution in Portugal after April 25, 1974, popularly known as agrarian reform, a long and troubled process that has aroused the interest of Portuguese society ever since.

The objective of the investigation is to analyze the actions of the *Guarda Nacional Republicana* in the period between April 20, 1976 and September 28, 1983, in the land surrender actions resulting from the agrarian reform process in the region of the Agrarian Reform Intervention Zone. Discriminately, it is intended to characterize the historical context of the agrarian reform, to describe the role of the *Guarda Nacional Republicana* in the process, to locate the zones and to identify the periods of greatest and least incidence of action, and to dissect the contribution of the *Guarda Nacional Republicana* in the agrarian reform process.

The logical essence of this study is the inductive method. The investigation starts from private data, to discover relations between them, with the intention of conceiving a general law. Therefore, a quantitative approach is preferred, which provides concrete results. On the structure, the scientific report contains an exploratory phase, an analytical phase and a concluding phase. The investigation follows a documentary research and a treatment of primary materials, culminating in an organized body of knowledge about the intervention of the *Guarda Nacional Republicana* in the agrarian reform.

Of the new knowledge it is underlined: about half of the cases occurred in 1980, filling a large part of the Agrarian Reform Intervention Zone, with incidence in the center of the *Alentejo*; 93.34% of the cases were to establish security conditions for the technicians of the Ministry of Agriculture and Fisheries to proceed to the deliveries, mainly of land; in 94.55% of the cases there was no resistance from external forces to the *Guarda Nacional Republicana*; and 2.53% of cases with incidents.

Basically, the investigation reveals that in one of the most critical moments of contemporary Portuguese history, encompassed by a theater of operations that recognizes itself as complex, perhaps of conflicting interests, it was the *Guarda Nacional Republicana* that guaranteed the process to the desired stability, contributing thus, for the consolidation of democracy in Portugal.

Keywords: agrarian reform; *Guarda Nacional Republicana*; contemporary history of Portugal; security; democracy.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	ii
DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
ÍNDICE DE QUADROS	x
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS	xi
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xii
 INTRODUÇÃO	 1
 CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	 4
1.1. A GNR no pós-25 de abril e a reforma agrária	4
1.1.1. A ação do General Passos de Esmeriz	5
1.2. Aspetos político-económicos	6
1.3. O início da reforma agrária	8
1.3.1. Características da reforma agrária.....	10
1.4. Legislação.....	12
1.5. As ocupações.....	15
1.6. Formação de cooperativas e UCP's	18
1.7. Ações da Guarda	19
1.7.1. As seis fases	21
 CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA.....	 25
2.1. Método e tipo de abordagem.....	25

2.1.1. Procedimento de investigação	25
2.2. Modelo de análise.....	26
2.3. Métodos e materiais	27
2.3.1 Caracterização do contexto de observação.....	27
2.3.2. Métodos e técnicas de recolha de dados.....	27
2.3.3. Técnicas de tratamento e análise de dados.....	28
 CAPÍTULO 3 - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	30
3.1. Introdução.....	30
3.2. Distribuição temporal dos casos com intervenção da Guarda.....	30
3.3. Distribuição espacial dos casos com intervenção da Guarda	32
3.4. Atuação da Guarda na reforma agrária	34
3.4.1. Tipologia de intervenção	34
3.4.2. O dispositivo da Guarda.....	36
3.4.3. Forças externas à Guarda	39
3.4.3.1. Casos de resistência ativa com armas de fogo	42
3.4.4. Outros incidentes.....	44
 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	46
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
 APÊNDICES	I
 ANEXOS	VII

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 – Distribuição dos casos por ano	31
Figura n.º 2 – Projeção espacial dos casos por concelho	33
Figura n.º 3 – Tipologia de intervenção	35
Figura n.º 4 – Comportamento do adversário	41
Figura n.º 5 – Distribuição dos casos por mês	IV
Figura n.º 6 – Distribuição dos casos por dia da semana	V
Figura n.º 7 – Distribuição dos casos por distrito	VI
Figura n.º 8 – Exemplar da ficha de informação	VIII
Figura n.º 9 – ZIRA	IX
Figura n.º 10 – Frente e Verso da ficha n.º 544	XI

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 – Composição da força por escalão	37
Quadro n.º 2 – n.º de civis	39
Quadro n.º 3 – Quadro Governamental	II
Quadro n.º 4 – Distribuição dos casos por mês e por ano	III
Quadro n.º 5 – Requisições do MAP à Guarda	XI

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

Apêndices

A – Quadro Governamental

B – Distribuição dos casos por mês e por ano

C – Distribuição dos casos por mês na totalidade dos anos

D – Distribuição dos casos por dia da semana

E – Distribuição dos casos por distrito

Anexos

A – Exemplar da ficha de informação

B – ZIRA

C – Requisições do MAP à Guarda

D – Ficha n. ° 544

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AR – Assembleia da República
CDS – Partido do Centro Democrático Social
CG – Comandante Geral da GNR
COPCON – Comando Operacional do Continente
CPAA – Cooperativa de Produção Agrícola ou Agropecuária
CR – Conselho da Revolução
CRP – Constituição da República Portuguesa
CRRA – Centro Regional da Reforma Agrária
DL – Decreto-Lei
Dr. – Doutor
DRE – Diário da República Eletrónico
ed. – edição
EG – Escola da Guarda
EME – Estado Maior do Exército
et al. – et alia
FIU – Força de Intervenção da Unidade
GC – Governo Constitucional
GF – Guarda Fiscal
GNR – Guarda Nacional Republicana
GP – Governo Provisório
Guarda – Guarda Nacional Republicana
ha – hectares
km – quilómetro
MAI – Ministério da Administração Interna
MAP – Ministério da Agricultura e Pescas
MFA – Movimento das Forças Armadas
MPCE – Ministério para o Planeamento e Coordenação Económica
NEP – Norma de Execução Permanente
nº – número
p. – página
PC – Partido Comunista

PCP – Partido Comunista Português

pp. – páginas

PPD – Partido Popular Democrático

PR – Presidência da República

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrata

PSP – Polícia de Segurança Pública

RC – regimento de cavalaria

RCFTIA – Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

séc. – século

SEEA – Secretário de Estado da Estruturação Agrária

Sr. – Senhor

UCP – Unidade Coletiva de Produção

UDP – União Democrática Popular

Vol. – volume

ZIRA – Zona de Intervenção da Reforma Agrária

INTRODUÇÃO

A reforma agrária em Portugal, no pós-25 de abril de 1974, desafiou por completo a sociedade portuguesa ao suscitar inúmeras divergências entre classes sociais. Essa desarmonia gerou interesse e adquiriu assim o seu lugar na história contemporânea de Portugal ao estabelecer-se como um dos temas de maior polémica dessa época.

Da revolução de abril de 1974, bem como da aliança Povo-Movimento das Forças Armadas (MFA), até dos movimentos populares e movimentos dos trabalhadores, associados à reforma agrária, nasceu uma nova cidadania de participação no sul do país, onde terras e meios de produção foram transferidos para o património dos trabalhadores, nomeadamente pequenos e médios agricultores.

Assim como outros estudiosos na temática, de análogo método ao que Afonso de Barros (1979) adota, no âmbito desta investigação esclarece-se que quando se usa o termo reforma agrária é no sentido restrito e pelo qual ficou conhecido até aos tempos atuais, isto é, o nosso intuito não tem em consideração estudar o conjunto de transformações das estruturas agrárias, nem a política agrícola na sua globalidade, pretende-se sim, investigar as transferências de posse da terra e dos meios de produção para os produtores diretos, com particularidade para aquelas cuja intervenção da Guarda foi requisitada.

A intervenção da Guarda percorria um extenso espectro de atuação, desde a presença uniformizada até ao uso de armas potencialmente letais, de forma a cumprir a missão que lhe era atribuída – estabelecer condições de segurança ao trabalho dos técnicos do Ministério da Agricultura e Pescas. Missão esta, desenvolvida pela Guarda durante o período de anos 1976-1983, maioritariamente na região do Alentejo.

Para dar início a uma investigação é necessário escolher um tema, e de acordo com Sarmento (2013, p. 6), esta escolha atende a parâmetros “como gostar do tema e ter capacidade para obter e tratar os dados”. A escolha do tema “A Guarda Nacional Republicana no pós-25 de abril: o processo da reforma agrária” atendeu a esses parâmetros, bem como foi motivado pela carência de investigações na área científica de história, procurando, desta forma, trazer vivacidade à área científica em questão, sendo assim esta investigação vital para reforçar a história e cultura de uma instituição centenária como a Guarda Nacional Republicana (GNR).

Logo, no âmbito do mestrado de Ciências Militares, na especialidade de segurança, considera-se que o relevo da investigação centra-se na indispensável necessidade de situar e clarificar, com objetividade e rigor, a atuação da GNR na temática da reforma agrária, isto é, conceber a análise do papel desempenhado pela Guarda, numa época marcante da história de Portugal, em que o país conhece as liberdades democráticas, vive-se a intensidade política, e é atravessado por graves problemas no domínio do desenvolvimento económico e social, em particular no que à agricultura alude.

Portanto, a problemática da investigação nasce da necessidade de analisar a atuação da Guarda no sul do país, nomeadamente no Teatro de Operações da Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA) que, após requisição do Ministério da Agricultura e Pescas (MAP), os militares da GNR asseguravam as condições de segurança para que os técnicos deste ministério procedessem ao cumprimento da lei.

Deste modo, para dar cumprimento à finalidade *supra* descrita, define-se como objetivo geral - analisar a atuação da GNR, no período entre 20 de abril de 1976 e 28 de setembro de 1983, nas ações de entrega de terras decorrentes do processo da reforma agrária na região da ZIRA. Discriminadamente, os objetivos específicos do trabalho são os seguintes: (1) caracterizar o contexto histórico da reforma agrária; (2) identificar os locais de maior e menor incidência de atuação da Guarda; (3) identificar os momentos de maior e menor incidência de atuação da Guarda; (4) descrever a atuação da Guarda no processo da reforma agrária.

Para concretizar o objetivo geral enunciado, formula-se a seguinte pergunta de partida: “Qual foi o papel da GNR nas ações de entrega de terras durante o processo da reforma agrária, no período entre 1976 e 1983, na região do Alentejo?”.

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) segue as diretrizes das Normas de Execução Permanente (NEP) 522/1ª, de 20 de janeiro de 2016, logo, encontra-se dividido em três capítulos interligados por uma sequência lógica.

Precedidos por uma introdução que contém a apresentação geral do trabalho, ou seja, inclui uma apresentação do tema, motivação para a escolha e pertinência no âmbito do mestrado em Ciências Militares, na especialidade de segurança, a definição dos objetivos gerais e específicos, a formulação da pergunta de partida e um breve enunciado da estrutura do trabalho.

O primeiro capítulo é dedicado à revisão da literatura, iniciado com a contextualização da GNR no pós-25 de abril. Seguidamente, um breve estudo dos aspetos

político-económicos. Posteriormente, estuda-se a reforma agrária, nomeadamente, o seu início, as suas características, a legislação, o movimento das ocupações de terras e a formação de cooperativas e unidades coletivas de produção. Por fim, analisam-se as ações da Guarda no âmbito da reforma agrária e as suas seis fases.

No segundo capítulo, surge a metodologia utilizada no relatório científico, onde se expõe o método e tipo de abordagem, o procedimento de investigação e o modelo de análise. Posteriormente, explicam-se os métodos e materiais, caracterizando o contexto de observação, no tempo e no espaço, percorre-se os métodos e técnicas de recolha de dados, e as técnicas de tratamento e análise de dados.

No terceiro capítulo, apresentam-se os resultados, bem como a sua interpretação, designadamente, concebe-se uma projeção temporal e espacial das ações da Guarda, descreve-se o dispositivo da Guarda e a força predominante no terreno, e realça-se o que mais importante se recolheu das observações do trabalho de campo.

Por último, são apresentadas as conclusões que enfatizam os principais aspetos abordados, faz-se uma reflexão sobre os resultados apurados, nomeadamente através da resposta às perguntas derivadas e à pergunta de partida, salientando assim, o novo conhecimento produzido. São ainda apresentadas as recomendações, com as limitações do trabalho e as propostas para futuras investigações.

CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. A GNR no pós-25 de abril e a reforma agrária

O período entre 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975 ficou marcado por uma “vertiginosa sucessão de acontecimentos até à estabilização política em moldes democráticos ocidentais” (Andrade, 2008, p. 200). Tais acontecimentos envolveram por completo a sociedade portuguesa, tendo, por conseguinte, a Guarda vivido momentos muito difíceis, num período agitado da vida nacional.

O novo poder político-militar, nas suas medidas iniciais, enunciadas no Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), no n.º 2, alínea h) das Medidas Imediatas, contemplava as “Medidas para a reorganização e saneamento das forças armadas e militarizadas (GNR, PSP, GF, etc.)” (Estado-Maior do Exército [EME], 1975, p. 2).

A Guarda sofreu de alguma hostilidade, imputada de favorecer o regime opressivo à liberdade dos cidadãos e acusada de passividade, ineficácia e saudosismo, mas com o suceder do tempo veio demonstrar grande plasticidade e maleabilidade. Assim, a Guarda vai adotar um comportamento mais interventivo, mais virado para o combate à criminalidade, devido à sua maior distribuição geográfica bem como ao seu maior potencial de fogo, sem nunca deixar de se encontrar presente nos momentos mais decisivos da vida nacional. Importa referir que a GNR foi reforçada a partir de março de 1974 com 38 carros de patrulha blindados Shorland Mark III, sendo que no dia 11 de março de 1975 estavam efetivamente à responsabilidade do 2.º Esquadrão do Regimento de Cavalaria. No que se refere ao armamento e equipamento, a Guarda, a partir de 7 de outubro de 1974, passou a ter ao seu dispor espingardas automáticas G-3 e radiotelefonos móveis/transportáveis STORNO. Tais meios, vão ser fulcrais na manutenção e restabelecimento da ordem pública, como é o caso das invasões de herdades no Alentejo, no período da reforma agrária, desde a sua simples presença à efetiva utilização, numa conjuntura extremamente difícil (Andrade, 2008).

Conjuntura esta que levou a Guarda a adaptar-se, adotando uma posição mais interveniente e decisiva, a partir do 25 de novembro de 1975, numa época marcada pela instabilidade política e pela debilidade dos processos de devoluções de terras e propriedades no Alentejo, com particular atenção para a proteção dos funcionários do Ministério da Agricultura que no terreno iam dar cumprimento à lei na reforma agrária. No período da reforma agrária quem assegurou a segurança e a ordem foi a GNR (Andrade, 2011).

Foram nada menos que 1070 ações de entrega de terras no Alentejo em que a GNR participou, a primeira realizou-se no dia 20 de abril de 1976, na herdade de Cubas em Odemira, e a última a 28 de setembro de 1983 em Portel. Sendo que a devolução da herdade Vale Nobre, em Montemor-o-Novo, a 27 de setembro de 1979, 501.^a ação, foi a que registou o acidente mais grave da reforma agrária, com a morte de dois cidadãos do Escoural, um ferido grave e ferimentos em oito militares da Guarda (Andrade, 2011).

1.1.1. A ação do General Passos de Esmeriz

O General Passos de Esmeriz foi nomeado Comandante-Geral (CG) da GNR em 27 de outubro de 1975, pouco tempo antes do 25 de novembro de 1975, onde teve um papel fulcral na normalização da ação de Comando das Forças Armadas e da GNR. O seu Comando terminou em 27 de agosto de 1982, sendo assim, um dos Comandantes de maior longevidade no Comando da GNR, praticamente 7 anos de trabalho com o desígnio de normalizar institucionalmente a GNR e contribuir afincadamente para a consolidação da democracia em Portugal. Estes anos de Comando coincidem com o período mais relevante do processo da reforma agrária e através da sua ação com base na firmeza, determinação e disciplina normalizou a ordem pública nesse longo e dos mais difíceis processos que se seguiram à Revolução de 25 de abril de 1974. Na generalidade, os militares que intervieram operacionalmente no processo da reforma agrária, reconhecem que a liderança e a estratégia da GNR neste processo passaram sempre pelo CG, que assumiu desde o início, o comando de todas as operações realizadas e atuou em todas as frentes (Andrade, 2016).

A primeira tarefa do General Passos de Esmeriz consistia em estabilizar a GNR que vinha de um processo de reorganização fusionista com a PSP, idealizada pelo MFA. Portanto, após assumir o Comando, este general deu início à normalização da Guarda, através da reposição da hierarquia da cadeia de comando e do reforço a sua atividade operacional (Andrade, 2016).

Durante todo o Comando de Passos de Esmeriz, foram-lhe imputadas dúvidas jurídicas e de suporte à legalidade de atuação da GNR, com o fim de cessar a intervenção da Guarda na reforma agrária, o que seria o equivalente a parar o processo todo, pois sem a garantia das necessárias condições de segurança dos agentes administrativos, os atos de cumprimento da lei para a entrega/devolução de reservas, herdades, gados e outros meios de produção não seriam possíveis realizar sem a presença da GNR no terreno que materializava a força pública e a autoridade do Estado. Através de um início firme e determinado no âmbito

da reforma agrária, a Guarda assumiu o comando dos acontecimentos e com a sua atuação levou os manifestantes a desistir da confrontação direta com a GNR e passaram a dirigir a sua oposição pelo plano jurídico. A ação da GNR passou a ser questionada com base no argumento de que o novo Código de Justiça Militar não contemplava a GNR. O ataque e as pressões passaram a incluir acusações criminais individuais dos seus militares por atos tomados na execução das missões na ZIRA, acusações dirigidas aos Tribunais de Comarca. Alguns militares chegaram a ser alvo de quase 50 ações judiciais, com o principal objetivo de inibir não só a Instituição, mas também os militares individualmente. Face a estas pressões e graves ataques, o General Passos de Esmeriz atuou de forma persistente junto dos tribunais e das instâncias do poder judicial, acompanhou cada caso e conseguiu, no mínimo, por via jurisprudencial, convencer que efetivamente a GNR estava sujeita ao foro militar (Andrade, 2016).

No entanto, mesmo com o emprego de tais pressões e tentativas de paralisar a ação da GNR e dos seus militares individualmente, o MAP juntamente com a GNR mantiveram-se determinados no processo de devolução de terras, frutos, gados e equipamentos. Pelo que, só através da ação firme, determinante e perseverante do General Passos de Esmeriz, contagiante aos seus militares, possibilitou levar adiante a ação destes na ZIRA e o consequente processo (Andrade, 2016). Nas palavras do próprio General Passos de Esmeriz: “posso-lhe afirmar, sem imodéstia, que, se não fosse a atuação da GNR, a face do país não seria a de hoje.” (Esmeriz, 1995, p. 392).

1.2. Aspetos político-económicos

Entre abril de 1974 e fins de 1975, a economia portuguesa passou por um período muito especial, onde não se pode efetivamente falar de uma estratégia económica. As mudanças nas políticas, financeira e económica, não seguiram qualquer reflexão ponderada e cautelosa, cingindo-se sim, à pressão das circunstâncias, nomeadamente do movimento popular pós-25 de abril (Telo, 2007). Porém, os aspetos agrários da política económica do período pré-constitucional tiveram assinalável importância, contribuindo para marcar o ano de 1975 como um momento de intensa coletivização das atividades económicas em Portugal (Ferreira, 1983).

Nasce, logo após o 25 de abril, uma nova estratégia económica, que de acordo com os ensinamentos de António José Telo (2007), é uma estratégia real, que pouco tem que ver com a oficial, sendo então a continuação da tradição portuguesa anterior, mas em condições

novas, onde as razões estruturais pesam mais que as circunstâncias. Sempre segundo o mesmo autor, este classifica a “nova estratégia económica real como sendo a do bombeiro” (Telo, 2007, p. 264), sendo que a partir de março de 1975, o fogo mais urgente, ou pelo menos assim era na ótica da maioria do Conselho da Revolução (CR), tratava-se do “poder dos monopólios” que alegadamente acionava a mudança para o socialismo, pelo que se entrou no período da reforma agrária e das nacionalizações. Importa salientar que no caso da reforma agrária, ao contrário do que aconteceu com as nacionalizações, acabou por ter um impacto regional muito forte na zona entre a serra algarvia e a linha do Tejo, sendo praticamente inexistente a norte de Rio Maior (Telo, 2007).

O período revolucionário, mais propriamente o ano de 1975, é considerado por Franco (1994) o ano mais marcante e inovador da economia pós-25 de abril, nomeadamente nas estruturas, nas instituições, nas políticas e nas relações sociais e económicas, isto visto num plano estrutural e de longo prazo, onde o seu alcance foi bem diverso do que apenas mais um caso de economia de revolução e golpe de Estado. Com a revolução terminou a experiência histórica do Estado Novo, terminou assim, meio século de economia dirigida com uma influência corporativa nem sempre precisa, com caráter nacionalista, no entanto aberta e anti moderna, capaz de gerar um certo crescimento económico. Economia esta que privilegiava a estabilidade geral e, no seu âmbito, a sanidade financeira e cambial, hábil o suficiente para uma repressão social não isenta de proteção para as classes médias crescentes, particularmente na fase final que culminou com uma intensa capitalização produtiva e social. A explosão social veio fragmentar a pirâmide social do salazarismo. Se até então era rígida e ordenada, no pós-25 de abril veio devolver, repentinamente, mais poder social e político aos estratos mais pobres dos meios urbanos, sobretudo nos meios de raiz operária e da pequena burguesia. A reforma agrária e as nacionalizações alargaram o dirigismo corporativo para novos setores, repartindo o poder (Franco, 1994). No fundo, do ponto de vista do plano económico, a transferência da posse e uso da terra, bem como de outros meios de produção dos grandes proprietários para os trabalhadores agrícolas e pequenos agricultores, criou novas relações de produção nos campos do Sul (Murteira, 2004).

A economia portuguesa chegou a 1976 sob a influência de uma conjuntura inovadora e de forte impacte estrutural, assim, as nacionalizações, a reforma agrária, as transformações das relações de trabalho e a redistribuição de rendimentos haviam transformado a economia interna (Franco, 1994).

No início de 1977, o Partido Comunista Português (PCP) acusava o Governo de cedência à “direita” e de animosidade relativamente às recentes organizações coletivistas

dos trabalhadores, responsabilizando-o pelo agravamento da vida do povo, pela ofensiva contra a reforma agrária, pela ausência de medidas de defesa da ordem e da legalidade democráticas e pela incapacidade de reanimar a economia nacional (Medina, 1985).

Os anos de 1978 e 1979 são marcados por uma instabilidade governativa, política e social, sendo que dentro desta última verifica-se não só um “aumento da conflitualidade social típico das políticas de aperto de cinto e das conjunturas recessivas, espontâneas ou provocadas. A indefinição da balança política, particularmente em 1979, provocou o agravamento de atentados bombistas e a multiplicação de conflitos na zona da reforma agrária” (Franco, 1994, p. 220), conflitos estes, resultado das entregas de reservas aos respetivos titulares, onde houve confrontação dos trabalhadores para com a Guarda, provocando mortes num desses confrontos e em resultado disso levou o governo de Maria de Lourdes Pintasilgo a suspender a aplicação de devolução de reservas (Franco, 1994).

A aplicação da reforma agrária, entre outros aspetos, constituiu uma alteração das regras de funcionamento do sistema económico-social, possibilitada pelo 25 de abril (Medina, 1985). Assim, José Medeiros Ferreira (1995) considera que a agricultura beneficiou das lutas políticas e sociais pós-25 de abril, desde a reforma agrária à movimentação dos agricultores no centro e norte do país, que resultou numa contínua influência política do mundo rural, que só sofreu diminuição após a entrada de Portugal na Comunidade Europeia em 1986.

1.3. O início da reforma agrária

António Murteira (2004), apoiado nos dados do Instituto Nacional de Estatística (1968/explorações e 1970/população) e nos dados das conferências da reforma agrária e dos sindicatos agrícolas, faz uma aproximação à situação existente nos campos do Sul no período pré-reforma agrária, estabelecendo três classes principais na região do latifúndio. A primeira, os latifundiários com uma representação de 2,3% da população ativa rural, classe esta composta por grandes empresários agrícolas capitalistas e fundações, os quais detêm 2 200 000 hectares correspondente a 68,7% do total das terras. A segunda classe constituída pelos pequenos e médios agricultores, pela pequena agricultora patronal, a agricultura familiar e semifamiliar, com uma representação de 14% da população ativa rural e perto de um milhão de hectares, correspondente a 31,2% do total das terras. E a terceira, os assalariados agrícolas com uma representação de 83,6% da população ativa rural. Esta classe não possuía terras nem outros meios de produção, o trabalho não era certo, eram explorados e viviam na miséria

(Murteira, 2004). António Barreto (1987), traz-nos números com realidades ainda mais reveladoras, isto é, as 488 explorações com mais hectares, situadas entre os 1000ha e 20 000ha, ocupavam um total de 1 065 000ha, o equivalente a 21,4% da superfície cultivada, terra esta que pertencia a menos de 0,06% dos proprietários. Enquanto que no outro extremo, havia cerca de 300 000 explorações com menos de 1ha, insuficientes como fonte de rendimento de uma família de produtores autónomos (Barreto, 1987). Por fim, António Murteira (2004) diz-nos que a agricultura em véspera da Revolução estava estagnada, com mais de 700 mil hectares abandonados ou subaproveitados, que o desemprego é generalizado e que a emigração constante enfraquecia a região e o país.

Importa referir que, entre 1950 e 1970, mais de meio milhão de camponeses e assalariados rurais, e as suas respetivas famílias, abandonaram o país, ao mesmo tempo que muitos outros simplesmente abandonaram o setor primário. Traduzindo em números, em 1950, 51% da população ativa trabalhava na agricultura, sendo que em 1970, essa percentagem estava reduzida a menos de 32%, isto é, neste período (1950-1970) um colossal êxodo rural da história efetivou-se (Barreto, 1987).

A agricultura portuguesa, nas vésperas de 1974, necessitava de uma mudança que possibilitasse o bem-estar dos que dela viviam, uma mudança que melhorasse a justiça social, que garantisse as matérias-primas e os alimentos aos portugueses. Assim, poucas semanas depois da Revolução, quase todos os interessados e observadores acreditavam que existia uma urgência e necessidade de mudança na agricultura, fosse mesmo uma reforma agrária (Barreto, 1983).

Como se estudou, antes do 25 de abril, o Alentejo e os campos do Sul eram controlados pelos proprietários de grande extensão de terra. Existia, então, um capitalismo latifundiário enquanto subsistema dominante e parte integrante do regime de ditadura. A reforma agrária conduziu-nos para um tempo novo, um rumo para uma economia mista e novas relações sociais de produção. Foi um período de rutura revolucionária para uma renovação da situação. A reforma agrária tem por objetivo preciso “responder à satisfação de dois direitos fundamentais de todo o ser humano e de todos os povos, inseparáveis um do outro – o direito à liberdade e ao pão! Nas condições históricas em que se inseriu assumiu a consigna de ‘a terra a quem a trabalha’” (Murteira, 2004, p. 18).

Do ponto de vista de Murteira (2004) os trabalhadores tinham como objetivo, não só eliminar esse capitalismo latifundista, como criar as condições para o surgimento e desenvolvimento de uma economia mista, em cooperação com os pequenos e médios agricultores e empresários agrícolas, levando a novas relações sociais e de produção nos

campos do Sul. Objetivo também acolhido pelos programas políticos dos principais partidos políticos da época, acolhido pela Lei da Reforma Agrária e pela Constituição de abril de 1976.

Os duros movimentos sociais e a assinatura de várias convenções de trabalho¹ em diversas áreas do Alentejo, nos primeiros dias de julho de 1974, das quais faziam parte as associações sindicais de trabalhadores agrícolas e a Associação Livre de Agricultores, foram, no entendimento de Franco (1994), os primórdios do que viria a ser a reforma agrária no Alentejo. Em simultâneo, as organizações sindicais de trabalhadores rurais alentejanos acusaram diversos proprietários rurais de violarem estes acordos de trabalho, pois despediram trabalhadores e recusaram-se a pagar salários, principalmente às mulheres. Saliente-se que o regime constituído era peculiarmente rigoroso, consagrando grandes aumentos de salários e condições de trabalho cuja transição imediata era, para a rentabilidade das explorações agrícolas, muito questionável. Compunha-se assim o que viria a ser conhecido por reforma agrária (Franco, 1994).

O processo da reforma agrária tinha a finalidade de acabar com o latifúndio² e a ocupação de terras e casas, e ainda as nacionalizações. Teve o seu início com o fracasso do 11 de março que criou a oportunidade para a “esquerda” chegar ao poder, assim, criou-se o CR e o processo da reforma agrária começou (Andrade, 2008).

A revolução socialista, encontrou um modelo coerente, convergindo no que em 1975 seria chamado “conquistas da revolução”, isto é, as nacionalizações, a reforma agrária, o controlo operário, entre outras conquistas. Assim que a revolução encontrou o seu modelo, definiu ao mesmo tempo amigos e inimigos, os quais iriam entrar em choque no designado Verão Quente de 1975.

1.3.1. Características da reforma agrária

Apoiados no estudo de Afonso de Barros (1979, pp. 56-63) que caracteriza a reforma agrária nas suas grandes linhas como “sendo um fenómeno de incidência regional, de natureza coletivista, de dimensão económica e social restrita e concretizado em fase de

¹ Em junho foi assinada, como modelo, a de Beja, seguida pela de Évora em 30 de junho de 1974, vieram depois Moura, Montoito, Vendinha, Reguengos de Monsaraz, Aljustrel, Vidigueira, Cuba, Ferreira do Alentejo, Serpa e Alvito, mais tarde em 3 de setembro de 1974, no Ribatejo: Couço, Almeirim e Benfica do Ribatejo (Franco, 1994).

² “A expressão ‘latifúndio’ corresponde a uma propriedade rústica de grande dimensão e extensão, com subaproveitamento dos recursos produtivos” (Franco, 1994, p. 200).

avanço social anti-capitalista”, pretende-se agora fazer uma breve nota sobre as suas características principais.

Um “fenómeno de incidência regional” apesar da Constituição da República Portuguesa (CRP) e o primeiro projeto do governo relativo à reforma agrária lhe conferirem um âmbito nacional, esta teve a sua grande incidência na região a sul de Portugal, Alentejo e Ribatejo, mais particularmente ao que veio ser definido como a ZIRA. Esta zona reveste-se de características muito peculiares: baixa densidade demográfica³, predomínio da atividade agrícola⁴, predomínio da agricultura especificamente capitalista⁵, predomínio da agricultura extensiva de sequeiro⁶ (Barros, 1979). No fundo, Afonso de Barros (1979) afirma que a ZIRA foi a região do país onde se implantou um sistema agrícola específico, apelidado por capitalismo latifundiário.

Em segundo lugar, um “fenómeno de natureza coletivista”, pois apesar de tanto os assalariados agrícolas como os pequenos e médios agricultores serem reconhecidos como iguais beneficiários diretos da reforma agrária, seja pela legislação ou pela generalidade das forças políticas e sociais, visto bem no plano dos fatos, quem se empenhou diretamente na reforma agrária e com ela retirou regalias foi o proletariado agrícola do Sul. Assim, nas terras ocupadas e posteriormente expropriadas e nacionalizadas, quem prevaleceu foram as unidades de produção de natureza coletivista, este tipo organizacional da Unidade Coletiva de Produção (UCP) prevaleceu na maioria das situações, aglomerando diferentes herdades ocupadas, no quadro da divisão administrativa da freguesia, reunindo a terra, os meios de produção e a força de trabalho (Barros, 1979).

A terceira grande linha, um “fenómeno de reduzida expressão económica e social e de forte impacto político” (Barros, 1979, p. 61). Reduzida expressão económica pois como viu-se apesar de ter uma área vasta, representa apenas 18,7% do Produto Interno Bruto; e de reduzida expressão social relativamente a percentagem da população nessa área ser apenas 16,3. Logo, existe uma considerável desproporção entre o forte impacto político e a sua expressão económica e social (Barros, 1979).

Em quarto, um “fenómeno concretizado em fase de avanço social anti-capitalista e como realidade em conflito com o processo de recuperação e reconversão capitalista”

³ “A densidade demográfica da ZIRA é de 40,4 habitantes por km², contra 91,3 para o total do Continente” (Barros, 1979, p.57).

⁴ Entre 50% a 60% da população ativa contra 30% para o Continente (Barros, 1979).

⁵ “As explorações agrícolas patronais detinham 79,3% da área” (Barros, 1979, p.57).

⁶ A “área regada das explorações agrícolas da ZIRA era (...) de apenas 5,7% da área total, contra 12,4% para o Continente” (Barros, 1979, p.57).

(Barros, 1979, p.62). A reforma agrária desenrola-se em fase do processo político caracterizado pelo avanço do movimento popular, este que punha em causa o sistema capitalista e procurava uma transição para o socialismo. Assim, “as novas unidades de produção assumiram características que assentavam no esforço para alterar em profundidade as relações sociais de produção e, como tal, escapavam a qualquer projeto de reforma agrária que a burguesia pudesse adotar como seu” (Barros, 1979, p. 62). Só depois do 25 de novembro de 1975 é que surgem as condições que efetivem realmente as transformações sociais com vista a permitir o desenvolvimento de relações sociais de produção sem teor capitalista a uma escala de toda a formação social.

1.4. Legislação

À GNR competia assegurar as condições de segurança no Teatro de Operações da ZIRA, necessárias para que os técnicos do MAP procedessem à devolução ou entrega de terras, herdades, gados, alfaias agrícolas e/ou outros bens, dando assim cumprimento à lei, com particular incidência no Alentejo (Andrade, 2016). António Barreto (1987, p. 256) realça que “do ponto de vista do público, era fácil confundir a lei com toda e qualquer ação do Estado, sobretudo em tempos de incerteza do direito” e ainda, “no decurso de uma ocupação, no processo de concessão de um crédito, ou numa disputa acerca de um problema de propriedade, a palavra do funcionário fazia a lei”. Assim, determina-se a realização de uma breve exposição legal, passando pelos diplomas legais pós-25 de abril com maior relevância para a nossa problemática.

O primeiro vestígio da intenção de realizar uma reforma agrária surge no Programa do MFA, um programa com um “código genético marcado pelo marxismo e outras correntes socialistas” (Franco, 1994, p. 176), de onde retira-se a partir do nº 6 das medidas a curto prazo que o Governo Provisório impulsionará as bases de uma nova política económica apoiada numa “estratégia antimonopolista” (MFA, 1974). Esta ideia será reivindicada para legitimar as medidas mais radicais de carácter económico, entre as quais as leis antilatifundiárias (Barreto, 1987). Este programa é frequentemente citado como o Programa dos “3 Ds” – Democratizar, Desenvolver e Descolonizar. Quando se diz que o documento preconizava uma política económica que, depois de algumas sintomáticas hesitações, se classifica como antimonopolista, concerne-se com o segundo D – desenvolver. Sendo que, as grandes reformas de fundo só poderiam ser aprovadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte (Cruzeiro, 2000).

Chega a 15 de abril de 1975 o Decreto-Lei (DL) 203-C/75, que no entendimento do professor José Telo (2007) será “dos mais importantes decretos da História portuguesa, que pretende ser um ponto de viragem”. O decreto aprova as bases gerais dos programas de medidas económicas de emergência, onde inclui no anexo 3 o Programa da reforma agrária. Este Programa preocupa-se em associar estreitamente à ação do Estado os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores, visando nortear as ações de reforma agrária por dois rumos, um de apoio aos pequenos e médios agricultores, e o outro com vista a resolver a grave questão da propriedade e de exploração da terra no sul do país (Ministério para o Planeamento e Coordenação Económica [MPCE], 1975).

O DL n.º 406-A/75 de 29 de julho, considerado por António Barreto (1987, p. 261) como a “peça mestre do pacote legislativo”, vem dizer que a reforma agrária é “um processo político fundamental de liquidação dos grandes agrários, de liquidação das camadas sociais que têm até agora dominado o campo”, ou seja, faz parte do processo de destruição do fascismo, e tem por objetivo libertar e emancipar os operários agrícolas e os pequenos agricultores com vista à construção de uma sociedade democrática. Este decreto vem regular o processo de expropriação da propriedade da terra e da exploração capitalista dos estratos e seus agentes, fixando critérios rigorosos de sujeição a expropriação. Esta deveria abranger os prédios rústicos pertencentes a pessoas singulares, sociedades ou pessoas coletivas de direito privado que fossem proprietárias de áreas que no seu conjunto ultrapassassem uma determinada pontuação (50 000 pontos), calculada por referência ao seu valor cadastral ou que, independentemente daquele critério excedessem a dimensão de 700 hectares. Assim, para os prédios abrangidos pelo DL n.º 406-A/75, foi preciso agir de modo diferente, isto é, caso a caso foram necessários inventários, medidas e avaliações para de seguida, por portaria, decretar as expropriações individualmente, pois, estas explorações, por comparação com as nacionalizadas, estavam praticamente todas ocupadas e com dezenas de UCP’s criadas (Barreto, 1987). Acompanhado desta “peça mestre”, veio o DL n.º 406-B/75 que estabelece regras de reconhecimento legal das novas unidades de produção, “isto com vista a facilitar a concessão de créditos e a fim de fazer beneficiar as UCP’s da assistência técnica e financeira do Estado, mesmo antes da sua regularização estatutária e legal definitiva, desde que sejam reconhecidas como unidades coletivas de produção” (Barreto, 1987, p. 231).

A realização da reforma agrária passa a ser uma “incumbência prioritária do Estado”, conforme o texto originário da Constituição, aprovada a 2 de abril de 1976, na alínea h do artigo 81.º, que diz, “realizar a reforma agrária”. Garantida por uma série de artigos constantes do Título IV do texto originário da CRP, especificamente, o artigo 97.º com a

epígrafe “Eliminação dos latifúndios” no seu n.º 2 - “As propriedades expropriadas serão entregues, para exploração, a pequenos agricultores, a cooperativas de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores ou a outras unidades de exploração coletiva por trabalhadores”. Esta intenção de eliminar os latifúndios está ainda hoje bem presente no texto da CRP, na alínea h do artigo 81.º, que se em 1976 dizia “realizar a reforma agrária”, hoje diz “eliminar os latifúndios e reordenar o minifúndio”.

O processo da reforma agrária, nomeadamente o sistema de expropriação consignado no DL n.º 406-A/75, estava destinado a ser aplicado em exclusivo na área de grande exploração e propriedade no sul do país, e foi delimitado territorialmente pelo DL n.º 236-B/76, de 5 de abril. Este decreto fixou os limites da ZIRA⁷, zona esta que seria a dos latifúndios e grandes explorações capitalistas, fundamentalmente o Alentejo e alguns concelhos e freguesias limítrofes. Mais concretamente, a área da ZIRA chegava a 7 distritos, sendo que apenas dois distritos perfaziam quase metade da área, Beja com 28,2% e Évora com 20,3%, ocupava assim, 41% da superfície do continente, 46% da superfície agrícola cultivada e 54% da terra arável (Ferreira, 1995).

O VI Governo Provisório (GP) e o I Governo Constitucional (GC), até à demissão de Lopes Cardoso⁸, prosseguem com uma política de relativo avanço da reforma agrária, com o intuito de regularizar juridicamente as situações criadas a mitigar os aspetos mais extremos, com o DL n.º 493/76, de 23 de junho, que define os critérios de atribuição de reservas, abre-se uma porta para o restabelecimento da propriedade privada na ZIRA, e a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) de 3 de outubro de 1976 aprova as normas sobre o prosseguimento da reforma agrária. A formalização é feita ainda durante os primeiros sete meses de 1976, por iniciativa do VI GP, esta chega por portarias de expropriação para a maioria das ocupações.

Em 29 de setembro de 1977, são aprovadas as bases gerais da reforma agrária pela Lei n.º 77/77⁹. Os modos para determinar como seriam realizadas as explorações têm em conta a área, sendo fixado um limite máximo da área da reserva consoante a natureza dos solos e o rendimento, limite este, medido em pontos que representariam uma expressão sintética do rendimento em função de critérios que tivessem em conta a intensidade de exploração, a natureza dos solos, entre outros. A Lei Barreto define os destinatários da

⁷ Ver anexo B.

⁸ Ministro da Agricultura e Pescas durante o VI GP e no I GC até 3 de novembro de 1976.

⁹ Ou “Lei Barreto”, ganhou o nome do seu autor, António Barreto que sucedeu Lopes Cardoso no cargo de Ministro da Agricultura e Pescas.

entrega para exploração dos prédios expropriados ou nacionalizados, que serão explorados por pequenos agricultores, cooperativas de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores, ou por outras unidades de exploração coletiva por trabalhadores. Segundo Franco (1994), foram estas cooperativas ou UCP's, que muitas vezes insuficientemente formalizadas, constituíram a forma básica de produção coletivizada na zona de exploração.

1.5. As ocupações

Considera-se oportuno sintetizar o período das ocupações pois num período posterior a esse, o período em que se analisa a atuação da GNR, o peso do capitalismo agrário na ZIRA será reforçado por via das atribuições de reservas e das devoluções de terras que foram ocupadas durante o movimento de ocupações *infra* descrito (Barros, 1979).

Assim, no início de 1975, a esquerda e a extrema-esquerda registam um poder político maior do que o seu poder social e económico. Quem controla a maior parte das instituições do aparelho de Estado e da imprensa são os comunistas, os sindicatos, os militares do MFA e os socialistas e Governo de aliança ou de composição paralisado, hesita perante as reformas e a ação. A presença do Partido Socialista (PS), do Partido Popular Democrático¹⁰ (PPD) e de outros moderados impossibilita que o núcleo radical, do qual faz parte o primeiro-ministro, os comunistas e parte dos militares, disponha à vontade do Governo. O MFA e o PCP passam a prestar mais atenção aos sindicatos e a movimentos sociais que se desenvolvem (Barreto, 1987).

Apoiados por militares e enquadrados pelos comunistas, os sindicatos ascendem no Alentejo e passam a ocupar lugares de maior destaque no aparelho de Estado. Obtêm os contratos coletivos de trabalho e com os seus aliados nas câmaras e nos serviços públicos começam a impor-se aos proprietários das terras. Face a esta imposição os proprietários revelam reações diferentes, uns procuram atualizar-se aumentando o salário e melhorando as condições de trabalho e de alojamento dos trabalhadores; outros começam a cultivar mais terras do que o normal para não serem penalizados; alguns optam pela passividade, isto é, não abandonam as terras, agem pouco, não correm riscos nem investem; proprietários mais nervosos tentam vender o cereal, o gado, as máquinas e até terras; por fim existem aqueles que emigram para o Brasil ou para Espanha (Barreto, 1987).

Em janeiro de 1975, os assalariados do Alentejo estão sem trabalho, e começam a olhar para as herdades. Nunca antes o tinham feito. As suas lutas eram sempre para obter

¹⁰ Atual Partido Social Democrata (PSD).

melhores salários e condições de trabalho, nunca a terra, até porque nem saberiam como a cultivar sozinhos. Contudo, os trabalhadores começam a olhar para as terras e herdades pois sabem que é nelas que vão encontrar emprego, isto porque, a emigração já não é possível e os empregos nas cidades estão lotados, pois há pessoas a voltar para as aldeias. Os assalariados olham também para os sindicatos, acabados de criar, e para o Partido Comunista (PC), pois ora os sindicatos ora o partido já tinham alcançado algo para os assalariados (no pós-25 de abril conseguiram contratos coletivos, melhores salários, mais segurança, força negocial e sobretudo um estatuto). Mas estas regalias não chegam a todos. Assim, os sindicatos e o partido apontam as herdades dos capitalistas e as terras dos latifundiários como a solução. Inspirados no socialismo, começam as ocupações das terras e herdades, com o objetivo de acabar com os capitalistas e latifundiários. Nesta altura a Guarda, que os trabalhadores se habituaram a ver do outro lado das manifestações, não teve nenhuma intervenção (Barreto, 1987).

António Barreto (1987) define o período entre setembro de 1974 e março de 1975 como um período de preparação, pois existe uma atividade anormal no terreno, onde sindicalistas, militares, militantes, funcionários e técnicos dão o seu contributo. São realizadas milhares de reuniões noturnas, nas aldeias e montes, onde se elaboram planos e se trabalham consciências, onde são anunciados contratos coletivos e as regalias obtidas, onde são discutidos os direitos dos trabalhadores e é feito um inventário dos problemas locais, das herdades e das máquinas.

As ocupações não seguiram uma ordem rígida, diferindo os autores sobre qual foi a primeira ocupação. No entanto, António Barreto (1983, p. 554), com recurso à entrevista do Brigadeiro Otelio Saraiva de Carvalho à Associated Press, em 1976, esclarece que as primeiras ocupações iniciaram quando os trabalhadores se dirigiram ao Comando Operacional do Continente (COPCON) para exprimir as suas preocupações relativas aos proprietários, vendo estes a vender gados e máquinas, ao que o COPCON respondeu “se isso está a acontecer, vocês ocupem as terras, ocupem, vão lá e não sai mais nada, (...) os trabalhadores disseram: se nós ocupamos, a tropa vai lá e tira-nos, (...) Eu disse-lhes: Dou-vos a minha palavra de honra de que a tropa não faz nada disso. Vocês vão lá, que a tropa até ajuda a ocupar.”¹¹. Mais propriamente, Barreto (1987) considera que a primeira ocupação foi a da herdade do Outeiro, no concelho de Beja, e que em janeiro de 1976 já tinham sido

¹¹ António Barreto (1983), salienta que a entrevista foi dada no quadro da campanha eleitoral para a presidência da República, assim sendo, a observação citada, apesar do seu interesse, deverá ser equacionada no contexto da propaganda política em que foi feita.

ocupados mais de um milhão de hectares. Já Blasco Hugo Fernandes (1978) acredita que as ocupações só começaram em março de 1975, assim como Franco (1994) que estabelece o início das ocupações em 31 de março de 1975, estas sem qualquer suporte legislativo, e que pouco depois de julho de 1975 já tinham sido ocupadas 132 herdades. Assim José Medeiros Ferreira (1995) apoiado no estudo de Afonso de Barros (1986) periodiza o movimento de ocupação de terras em três fases: a primeira de fins de 1974 a julho de 1975; a segunda de agosto a setembro de 1975; a terceira de outubro de 1975 até ao final do ano.

As ocupações seguiram moldes distintos, certas foram levadas a cabo pelos alugadores de máquinas que se viram sem trabalho suficiente para produzir rendimento com a crescente retração de muitos proprietários. Assim, os alugadores como possuíam conhecimentos técnicos e de gestão, decidiram avançar para as herdades abandonadas, levando consigo assalariados desempregados. Este tipo de ocupações ocorreram nos distritos de Évora e Setúbal, nos primeiros meses de 1975 (Ferreira, 1995). Com estes movimentos surgiram outros agentes sociais interessados nas terras, os sindicatos e os assalariados tomaram conta das ocupações e conduziram os movimentos, até que os pequenos agricultores (alugadores de máquinas, seareiros e rendeiros) deixassem de estar presentes (Barreto, 1987).

A segunda fase, o “Verão Quente” de 1975, é caracterizada pela iniciativa dos sindicatos que prevaleceu sobre as ações dos pequenos agricultores, generalizando-se assim a entrada dos assalariados agrícolas, o movimento das ocupações deixa para trás o carácter vacilante, casual e localizado da primeira fase e assume abertamente objetivos de alteração das relações de propriedade e de produção (Barros, 1979). O poder político em Lisboa evolui e o movimento de ocupações de terras no Alentejo alastra significativamente, principalmente em Beja e Évora (Ferreira, 1995).

Ferreira (1995) afirma que nos primeiros dois meses da 3ª fase foram ocupadas cerca de 60% do total das terras a expropriar, uma extensão de aproximadamente 700 000 hectares. O movimento das ocupações segue “um ritmo até então desconhecido: cerca de 420 000 ha em outubro e 230 000 ha em novembro” (Barreto, 1987, p. 218). As ocupações cessam por inteiro quando os partidos do Governo (PS, PPD, PC) e o MFA assinam o acordo sobre a reforma agrária, contudo, centenas de herdades não foram ocupadas, mesmo ultrapassando os limites estabelecidos na lei, como é o caso da maior herdade do país – herdade do Rio Frio (15 000ha). Assim, em janeiro de 1976, com o término das ocupações, quase metade das terras e da produção agrícola do Alentejo estava na posse das unidades coletivas. As

ocupações não pararam por motivos particulares, agrários ou regionais, mas sim por motivos gerais e políticos (Barreto, 1987).

Por fim, observa-se que não há lugar a uma ocupação-tipo, são, pois, as circunstâncias e os participantes que o ditam. Nas primeiras ocupações (cerca de vinte) registam-se os pequenos agricultores na ação, os quais estão completamente ausentes nas seguintes. Já os “trabalhadores e sindicalistas estão sempre presentes (...), na maior parte dos casos participam assalariados permanentes, temporários ou eventuais e desempregados da região (...), em bastantes casos, longe no entanto de serem a maioria” (Barreto, 1987, p. 220). O número de pessoas (ocupantes, trabalhadores, funcionários, militares) varia entre uma dezena e as várias centenas. Os incidentes é outro parâmetro com significativas variações. Algumas ocupações não registaram incidentes nem alterações, com umas a serem decididas por acordos pacíficos entre o proprietário e os trabalhadores. Já outras menos pacíficas, registaram resistência, mas, poucas são as que efetivamente deram lugar a reais violências físicas (Barreto, 1987).

1.6. Formação de cooperativas e UCP's

Como diz António Barreto (1987, p. 231) “Uma coisa é ocupar terras e herdades. Outra, bem mais complexa, é organizar a produção” e “foi o princípio das herdades coletivas que inspirou o modelo das unidades coletivas de produção, as UCP's”. Assim, do movimento de ocupação de terras surgem as novas unidades de produção, os trabalhadores temporários e permanentes reúnem-se em plenário para eleger uma comissão que passe a gerir a exploração agrícola, prevalecendo assim, uma solução organizativa de natureza coletivista (Varela & Piçarra, 2016).

As soluções passaram por “dois tipos de novas unidades de produção: a Cooperativa de Produção Agrícola ou Agropecuária (CPAA) e a Unidade Coletiva de Produção” sendo que as CPAA se distinguiram das UCP “pelo fato de, geralmente, terem respeitado os limites físicos das anteriores propriedades, enquanto as UCP refundiram os limites das herdades ocupadas” (Ferreira, 1995, p. 130). Mais clarificado afirma-se que as UCP “nascem do movimento de ocupações de terras por trabalhadores rurais eventuais, dirigido pelo localmente forte Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas” (Ferreira, 1995, p. 131). Enquanto que as CPAA emergiram “de ocupações feitas por seareiros e alugadores de máquinas de terrenos com boas condições naturais para a exploração agrícola e onde o peso dos trabalhadores rurais permanentes era maior” (Ferreira, 1995, p. 130). Esta última forma de

organização coletivista tinham frequentemente o apoio de técnicos dos Centros Regionais da Reforma Agrária (CRRRA) (Ferreira, 1995).

Todavia, Afonso de Barros (1979, p. 61) considera a UCP como “o modelo mais adequado para assegurar a utilização mais racional dos meios de produção e garantir a organização também mais racional da produção” e ainda como a “forma mais eficaz de aproveitar os quadros existentes e de permitir uma mais segura direção do processo da Reforma Agrária”. E de acordo com José Medeiros Ferreira (1995, pp. 131-132), praticamente todas as UCP tinham as seguintes características: a) a propriedade do solo era do Estado; b) a propriedade de outros meios de produção era da UCP; c) a gestão da UCP era autónoma do Estado; d) os membros da UCP elegiam os responsáveis pela gestão; e) a remuneração funcionava através do salariado; f) salvo exceções, os membros da UCP não podiam cultivar nem explorar individualmente pequenas parcelas de terra; g) a UCP tinha personalidade jurídica.

Varela & Piçarra (2016) realçam a única forma de remuneração dos trabalhadores das novas unidades de produção, o aspeto do salário fixo revela quem são os protagonistas das ocupações de terras e os seus objetivos, isto é, prevalecendo o salário fixo sobre qualquer outra forma de pagamento, é mais um indício de que o movimento de ocupações tem a sua origem na luta pelo emprego.

Após a aprovação da Lei Barreto iniciou-se o período marcado pelas desanexações e as entregas de reservas retiradas às UCP, com intervenção da Guarda em vários casos. Assim sendo, em 1982 cerca de 150 000 hectares foram distribuídos a pequenos e médios agricultores, com o intuito de criar uma nova realidade social assente em empresas agrícolas de média dimensão (Ferreira, 1995).

1.7. Ações da Guarda

Suportados no Relatório¹² do General Passos de Esmeriz, de 2 de abril de 1980, que esclarece sobre as ações da Guarda no âmbito da reforma agrária através de uma síntese analítica e estabelece seis fases no período de agosto de 1976 a março de 1980, pretende-se agora explanar a missão da Guarda no teatro de operações da ZIRA, bem como as fases estabelecidas.

¹² O Relatório localiza-se no Arquivo Histórico da GNR na estante n.º 52, prateleira 22, pasta 6, código PT-AHG NR/GNR/002/03/01.

A primeira intervenção de efetivos da Guarda no âmbito da reforma agrária ocorreu em 20 de abril de 1976 na Herdade de Cuba situada no concelho de Odemira. Na ocasião, “toda a área do Alentejo se caracterizava pela existência de uma força predominante e o âmbito da Reforma Agrária, assentado numa situação estabelecida durante os anos 74, 75 e 76, constituía assunto ‘sacralizado’ sob influência direta dessa mesma força predominante – o PCP” (Esmeriz, 1980, p. 1). Surgia então desta situação a consideração dos seguintes fatores: como iria reagir a força predominante dentro e fora do terreno, que outras forças intervieriam no problema e qual a capacidade de sustentação dos efetivos da Guarda face às alterações da situação.

Passos de Esmeriz (1980) esclarece que os assuntos da reforma agrária, em termos de natureza dos atos, localizava-se fora da missão geral da Guarda. Na sua generalidade o problema assentava num ligítio ligado à posse e à exploração de terras, e para além de um consenso geral orientado para apoiar as ocupações, expropriar terrenos, constituir novas unidades de exploração, “a realidade existente continha a aceitação pelo Estado do *stato quo* e a publicação, em termos de legislação oficial, de normas jurídicas complementadoras da chamada ‘legalidade revolucionária’” (Esmeriz, 1980, p. 1). Perante este quadro, a Guarda limitou a sua atuação à garantia da ordem pública, ou seja, procurou impedir o cometimento de violências sobre pessoas e a realização de novas usurpações, sem se intrometer no tratamento específico das questões ligadas à situação que, do antecedente, estava estabelecida. Tal tratamento passou a designar-se por reforma agrária e foi realizado pelos sucessivos governos em atos de administração que, no seu conteúdo, eram totalmente estranhos à Guarda. Para este efeito, os Governos criaram organismos próprios, inicialmente designados por Centros Regionais da Reforma Agrária (CRRAs), a que atribuíram funções e áreas de competência, os quais efetuavam estudos que, depois recebiam despachos de ministro ou secretário de Estado correspondentes a decisões (Esmeriz, 1980). Neste sentido Passos de Esmeriz (1980) faz referência à lei orgânica da Guarda que estabelece que à Guarda compete, para além da sua missão geral, “prestar às autoridades competentes (...) o auxílio que requesitarem para o desempenho das suas funções” garantindo, deste modo, que o Governo recorresse à força pública do Estado para obter a realização das suas decisões, face à oposição com que se deparava. Assim, a Guarda passou a ser requisitada como força pública, para no terreno criar as condições de segurança física necessárias para os delegados do Governo executarem as decisões.

Neste ensejo, o conceito de atuação estabelecido em abril de 1976 continha as seguintes linhas de orientação: 1) admitindo a hipótese de depararem-se com situações de

obediência as notificações, isto é, desocupação voluntária da propriedade, considerou-se obrigatório que a atuação das forças para satisfazer as requisições; 2) assim sendo, foi necessário efetuar concentrações para reunião dos meios considerados como necessários para cumprir a missão e realizá-la com rapidez, pois entendia-se que uma ação prolongada no tempo prejudicava o procedimento (Esmeriz, 1980).

A Guarda passa a ser requisitada diversas vezes pelo Governador Civil de Beja, e sentiu “dificuldades em fazer compreender – e fazer respeitar – a sua posição de força pública de Estado, e o seu conceito de isenção e imparcialidade na atuação – sentido que, desde logo, se pretendia utilizá-la como força do Governo ou às ordens do Governo” (Esmeriz, 1980, p. 4). Posto isto, o General Passos de Esmeriz (1980, p. 4-5) define com clareza e assertividade a posição da Guarda:

“A Guarda, organismo de Estado e força pública, com missão própria bem definida na Lei, não é parte dos conflitos quaisquer que eles sejam, nem recebe ordens que não sejam as dos seus escalões de Comando; não está contra nada nem contra ninguém, está apenas na defesa da legalidade. Só a Lei e a Missão mandam na Guarda. O auxílio de força pública da Guarda é prestado nos exatos termos estabelecidos na Lei”

Deste quadro geral descrito, ficou esclarecido que, no respeitante à reforma agrária, tudo se processava nos seguintes moldes: primeiro o Governo tomava decisões contrárias a outros interesses políticos, que provocavam uma inaceitação dessas decisões por um adversário, que através de ações de massas procurava impedir a sua realização, logo, só com o recurso à força pública era possível ao Governo concretizar as suas decisões (Esmeriz, 1980).

1.7.1. As seis fases

A primeira fase começou em agosto de 1976 e vai até janeiro de 1978, esta fase coincidiu com o período de exercício do 1º Governo em que nos cargos de Ministro e Secretário de Estado da Estruturação Agrária (SEEA) do MAP foram ocupados, respetivamente, por Lopes Cardoso e Castro Guerra até 3 de novembro de 1976 e, de 6 de novembro a 31 de janeiro de 1978 António Barreto e Carlos Portas. Durante este período foram apresentadas à Guarda 236 requisições para atos que se realizaram nos distritos de Portalegre (87), Évora (89), Beja (56), Santarém (3) e Setúbal (1) (Esmeriz, 1980).

Dos primeiros acontecimentos Passos de Esmeriz (1980, p. 7-8) retira as seguintes conclusões: 1) o adversário em afrontamento com a Autoridade do Estado, mediu forças

com a Guarda e optou pela não confrontação física, adotando outras modalidades de atuação, revelando assim uma elevada capacidade de manobra e iniciativa; 2) o Governo revelou não possuir capacidade para conduzir, por sua iniciativa, ações contrariadoras da manobra adversária; 3) os acontecimentos evidenciaram o elevado desgaste, humano e financeiro, resultante da fixação de efetivos em segurança pontual.

Desta primeira fase considera-se relevante mencionar que foi desenvolvida nos jornais e em panfletos uma campanha intensa contra o MAP, os CRRA e a GNR, acusando o MAP e os CRRA de ilegalidade e inconstitucionalidade dos atos, e a Guarda de aparato bélico e repressão sobre os trabalhadores com cometimentos de violência (Esmeriz, 1980).

A segunda fase vai de fevereiro de 1978 a setembro de 1978, que coincide com o Governo da Coligação PS-CDS, com a equipa do MAP constituída por Luís Saias e António Campos. Nesta fase o Comando-Geral da Guarda informou o Ministério da Administração Interna (MAI) que “entendia como imprescindível a prática da seguinte norma: a Guarda só atuará como força pública nos assuntos concernentes à Reforma Agrária por requisição escrita (nos termos da Lei) feita pelo Ministro da Agricultura ou pelo Secretário de Estado de Estruturação Agrária” (Esmeriz, 1980, p. 13).

Durante esta fase não foram apresentadas requisições à Guarda, pelo que no terreno os efetivos atuaram apenas em manutenção e reposição da ordem, pretendia-se que nesta fase a realização dos atos da reforma agrária fossem conseguidos através do diálogo (Esmeriz, 1980).

A terceira fase compreende o período entre outubro de 1978 e fevereiro de 1979. Neste período foi constituído o Governo Nobre da Costa, que apresentou para o MAP a equipa Vaz Portugal e Ferreira do Amaral. Em 4 de outubro foram entregues 25 requisições no Comando-Geral da Guarda, outras se seguiram à um ritmo de 50 requisições por mês, perfazendo um total de 239 requisições recebidas pela Guarda durante a vigência do IV GC, nos seguintes distritos: 118 em Portalegre, 58 em Évora, 48 em Beja, 8 em santarém, 6 em setúbal e uma em Lisboa (Esmeriz, 1980).

Nesta fase a Guarda previa um novo e complexo quadro de acontecimentos no terreno, desta forma foi estabelecida a seguinte diretiva de atuação: os efetivos deixariam tempo e espaço de manobra às outras forças para revelarem as suas intenções, e nesse sentido, nos primeiros casos, a atuação fazer-se-ia com baixos efetivos com a intenção de procurar obter por observação e colheita de dados, um perfeito conhecimento da situação,

ter-se-ia que atuar com astúcia, em termos de desconcertar o adversário até que as suas verdadeiras intenções fossem reveladas (Esmeriz, 1980).

A quarta fase desenvolveu-se entre fevereiro e julho de 1979. Nesta fase a equipa do MAP era constituída por Vaz Portugal como ministro e o SEEA foi substituído pelo engenheiro agrónomo João Goulão. A guarda recebeu 331 requisições durante este período, 14 em Santarém, 50 em setúbal, 122 em Portalegre, 87 em Évora e 58 em Beja. Nesta fase a situação no terreno não sofreu alterações significativas, no entanto, no “campo da discussão política desenvolvia-se, em elevado grau, um consenso de muita elevada probabilidade de perturbações, por execução de reocupações generalizadas no Alentejo” (Esmeriz, 1980, p. 18).

A partir de maio a oposição ao Governo ultrapassou o âmbito da reforma agrária e visava derrubar todo o Executivo, onde alguns Governadores Cívicos criticaram os atos do Governo em declarações públicas, e várias Câmaras Municipais no Alentejo declararam oposição aos atos do Governo na reforma agrária, e ainda demonstraram no terreno a sua atitude com a presença de Presidentes e Vereadores que assistiam à execução dos atos em apoio aos grupos de civis que contestavam a execução dos mesmos (Esmeriz, 1980).

A quinta fase inicia em agosto e termina em dezembro de 1979. Depois da queda do Governo Mota Pinto, foi constituído o V Governo, presidido pela engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo e à disposição do MAP, a equipa Joaquim Lourenço e Domingos Gaspar, equipa esta que apresentou um total de 37 requisições (Esmeriz, 1980).

Da análise dos casos do primeiro lote de requisições (14), sobressai que estas tinham sido objeto de uma cuidada seleção, pelo seu número reduzido e pela evidente alteração de comportamento das massas no terreno, indicando que a presença da Guarda nessas ações era um simples artifício. Por tal, os efetivos foram reduzidos quer em quantidade quer em qualidade, ou seja um menor número de militares e sem a utilização de viaturas especiais, cavalos e cães, todavia, as operações continuaram a decorrer sem incidentes.

Porém, em 27 de setembro, na sequência da entrega da herdade de Vale do Nobre na freguesia São Cristovão, concelho de Montemor, “verifica-se a ocorrência de um grave tumulto, provocado e comandado, contra a diminuta força da Guarda presente (2 secções), com tiros, pedradas (atiradas com fundas) e tentativa de envolvimento para luta corpo-a-corpo” (Esmeriz, 1980, p. 22). Deste tumulto “2 pessoas morreram atingidas a tiro e

algumas outras (incluindo militares da Guarda) sofreram ferimentos ligeiros” (Esmeriz, 1980, p. 22).

A sexta fase tem início em janeiro de 1980 e vai até à data do relatório (abril de 1980). Coincide com o VI Governo, presidido por Francisco Sá Carneiro, que organizou o MAP com a equipa Cardoso e Cunha e João Goulão. A Guarda recebeu logo vários lotes de requisições, perfazendo um total de 243 requisições (Esmeriz, 1980).

Desde março, o adversário começou a intensificar a sua campanha contra o Governo em particular contra a reforma agrária, campanha com uma frente ampla e movimentações de massas nas principais povoações do Alentejo. Nomeadamente realizaram-se concentrações e movimentações de massas em Arraiolos, Vimieiro, Pias, Ferreira do Alentejo e Beja, certas delas “com bandeiras pretas e seguidas de desfile de máquinas agrícolas, em alguns casos o número de manifestantes foi superior a 1.000” (Esmeriz, 1980, p. 28).

A análise geral de Passos de Esmeriz (1980, p. 25), das situações com que, desde agosto de 1976, a Guarda se deparou, contem diversos elementos dos quais se salienta – “as exposições, moções, requerimentos, exigências, censuras, calúnias, injúrias, ameaças”, conjugados com outros de maior alcance – “noticiário acusatório e reprobatório, artigos doutrinários, crónicas e reportagens de imprensa, panfletos, moções públicas de UCP’s e Cooperativas, representações junto de órgãos de soberania”. Tais atitudes revelavam uma intenção de condicionar a ação dos efetivos da Guarda ao “coibi-los na atuação e criar-lhes reservas acerca da legitimidade dos atos de missão no quadro da reforma agrária”.

Em 1980, o ponto de situação resumidamente pode ser entendido como o seguinte: a Guarda deu execução a todas as requisições apresentadas pela Secretaria de Estado de Estruturação Agrária; a Guarda atuou em outros casos (reocupações e atos ilícitos); nos locais de execução dos atos verificou-se a presença de políticos (deputados da Assembleia da República, Vereadores e Presidentes de Câmara) digirindo os manifestantes; as reocupações aumentaram; verificou-se a colocação de obstáculos (pregos e abatizes) em itinerários; verificaram-se concentrações de massas de trabalhadores junto dos Tribunais; registou-se a presença de meios de comunicação social; e em certos grupos de pessoas criou-se um sentimento de insegurança (Esmeriz, 1980).

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA

2.1. Método e tipo de abordagem

Na investigação em ciências sociais, de acordo com Quivy & Campenhoudt (2013, p. 15), “importa, acima de tudo, que o investigador seja capaz de conceber e de pôr em prática um dispositivo para a elucidação do real, isto é, no seu sentido mais lato, um método de trabalho (...) como um percurso global do espírito que exige ser reinventado para cada trabalho”.

O método de trabalho “é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que (...) permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – ,traçando o caminho a ser seguido” (Freixo, 2012, p. 88), constituindo-se assim como um recurso imprescindível para o apoio do processo de investigação.

O método científico aplicado à problemática em questão é o método indutivo, onde se parte de informações particulares em busca de uma lei geral (Freixo, 2012). Segundo Sarmiento (2013, p. 9), o método indutivo comporta três etapas: (1) observação dos fenómenos; (2) descoberta da relação entre eles; (3) generalização da relação. Neste sentido, com o recurso a 1070 fichas de informação¹³, preenchidas pelos militares após concluída cada operação, faz-se uma observação individualmente dos fenómenos de cada ficha, com o intuito de descobrir relações entre elas para assim ser possível fazer generalizações das relações descobertas.

Logo, esta investigação privilegia uma abordagem quantitativa. De acordo com Freixo (2012, p. 171), “nos métodos quantitativos, a matemática surge como elemento essencial para se poderem medir os resultados (...), [pois] o número permite: a precisão; uma maior objetividade; a comparação e a reprodução; a generalização para situações semelhantes”, assim segundo o mesmo autor, o método quantitativo é “um processo de colheita de dados observáveis e quantificados”.

2.1.1. Procedimento de investigação

Com a finalidade de elucidar o estado da arte em questão, pois como é esclarecido na obra de Quivy & Campenhoudt (2013, p. 50) “quando um investigador inicia um trabalho, é pouco provável que o assunto tratado nunca tenha sido abordado por outra pessoa, pelo

¹³ Ver anexo A.

menos em parte ou de forma indireta”, o trabalho iniciou-se com uma fase exploratória. Isto é, uma revisão sistemática da literatura, onde é apresentado o tema e se consolidam conhecimentos, com recurso à análise documental de fontes secundárias, que segundo Kauark, Manhães, & Medeiros (2010, p. 60) são aquelas “nas quais as informações já foram elaboradas, como livros”, nomeadamente, neste caso, obras específicas na área da reforma agrária.

Posteriormente à fase exploratória, que teve “como função alargar a perspetiva de análise, travar conhecimento com o pensamento de autores cujas investigações e análises podem inspirar as do investigador, revelar facetas do problema (...) e, por fim, optar por uma problemática apropriada” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 109). Visto que a investigação se debruça num método indutivo, do ponto de vista dos procedimentos técnicos, este trabalho segue uma pesquisa documental, que de acordo com Kauark, Manhães, & Medeiros (2010, p. 28) acontece “quando elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico”, ou seja, nesta investigação, são usados materiais primários presentes no Arquivo Histórico da GNR que nunca foram tratados.

No fundo, o foco desta investigação é criar um “sistema de enunciados, um corpo organizado de ideias sobre a realidade” (Freixo, 2012, p. 91), ou seja, sobre a intervenção da GNR na reforma agrária.

2.2. Modelo de análise

De acordo com Quivy e Campenhoudt (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 109), o modelo de análise “constitui a charneira entre a problemática fixada pelo investigador, por um lado, e o seu trabalho de elucidação sobre o campo de análise forçosamente restrito e preciso, por outro”.

Neste sentido, em coerência com o tema e o objetivo geral definido, e de forma a dar-se início à investigação formula-se a seguinte pergunta de partida: “Qual foi o papel da GNR nas ações de entrega de terras durante o processo da reforma agrária no período entre 1976 e 1983 na região do Alentejo?”.

Por sua vez, da pergunta de partida surgem as perguntas derivadas, com a finalidade de encaminhar a investigação, que em harmonia com os objetivos específicos foram definidas as seguintes:

- Pergunta derivada (1): Como se caracteriza o contexto histórico da reforma agrária?

- Pergunta derivada (2): Quais foram os locais de maior e menor incidência de atuação da Guarda?

- Pergunta derivada (3): Quais foram os momentos de maior e de menor incidência da atuação da Guarda?

- Pergunta derivada (4): Qual foi o modo de atuação da Guarda no processo da reforma agrária?

2.3. Métodos e materiais

2.3.1 Caracterização do contexto de observação

A população “compreende todos os elementos (pessoas, grupos, objetos) que partilham características comuns” (Freixo, 2012, p. 209), e de acordo com Quivy & Campenhoudt (2013) uma das possibilidades do investigador é recolher dados e fazer incidir as suas análises sobre a totalidade da população, isto é, a primeira possibilidade do investigador é estudar a totalidade da população.

Posto isto, propõe-se realizar o estudo sobre a população acessível, aquela “que está ao alcance do investigador” (Freixo, 2012, p. 210), população essa que se materializa na totalidade das 1070 fichas de informação sobre a reforma agrária, dispostas no Arquivo Histórico da GNR.

O contexto de observação está definido temporalmente pela data da ficha nº 1 – 20 de abril de 1976 e pela data da ficha nº 1070º - 28 de setembro de 1983. Relativamente ao espaço do contexto de observação este compreende a Zona de Intervenção da Reforma Agrária.

2.3.2. Métodos e técnicas de recolha de dados

De acordo com Freixo (2012, p. 220) a recolha de informação é um “processo organizado posto em prática para obter informações junto de múltiplas fontes com o fim de passar de um nível de conhecimento, para outro nível de conhecimento ou de representação de uma dada situação”.

A recolha de informação utilizada na análise documental, nomeadamente dados secundários aqueles que de acordo com Sarmento (Sarmento, 2013, p. 16) “já existem e foram recolhidos, registados e analisados por outras pessoas, para o mesmo fim ou para outros fins”, foi realizada fisicamente na Biblioteca da GNR, na Biblioteca da Escola da

Guarda (EG), nas Bibliotecas da Academia Militar (Amadora e Sede), na Biblioteca do Exército, na Biblioteca do Instituto Universitário Militar, na Biblioteca Nacional de Portugal, na Biblioteca Municipal de Oeiras e na Biblioteca Municipal de Espinho. Foi ainda recolhida informação do Repositório Científico de Acesso Aberto em Portugal. Relativamente à legislação abordada foi usado o Diário da República Eletrónico (DRE). O motor de busca utilizado foi o Google Académico.

Posteriormente, nesta investigação são usados documentos de fontes primárias “que gerarão análises para posterior criação de informações” (Kauark, Manhães, & Medeiros, 2010, p. 60). Este conjunto de documentos “com vista a satisfazer uma necessidade de informação presente e específica” (Sarmiento, 2013, p. 16), foram consultados fisicamente no Arquivo Histórico da GNR.

2.3.3. Técnicas de tratamento e análise de dados

De forma a organizar os dados dos documentos de fonte primária, foi elaborada uma tabela no programa *Microsoft Office Excel*, onde individualmente foram registadas as informações das 1070 fichas. Para tal, foram estabelecidos os seguintes campos para preenchimento: número da ficha em questão; número de pessoas presentes; referência a políticos; campo temporal – com os subcampos: dia, mês e ano; campo espacial – com os subcampos: freguesia¹⁴, concelho e distrito; campo dos incidentes – preenchido por opção sim/não; campo da oposição à atuação dos militares da guarda – preenchido pela escala: sem resistência/resistência passiva/resistência ativa/resistência ativa com arma de fogo; campo dos feridos com os subcampos: civis e militares – preenchidos por opção sim/não (quantidade); campo das mortes – preenchido por opção sim/não (quantidade); campo da tipologia de intervenção – preenchido por uma das opções: entrega de terras, entrega de produtos/meios de produção, entrega de prédio(s)/casa(s), entrega de bens, entrega de terras e outros, desocupação de terras, recuperação de produtos, ordem pública, condições de trabalho, outros, e, sem intervenção direta da Guarda; campo do número de herdades entregues; campo das forças empenhadas no local – preenchido por quantidade nos subcampos: companhia, pelotão (+), pelotão, pelotão (-), secção (+), secção, secção (-), equipa, patrulha, pelotão de cavalaria, pelotão de cavalaria (-), esquadra de cavalaria, secção

¹⁴ Relativamente ao campo temporal, em específico o subcampo freguesia, este foi preenchido de acordo com as antigas freguesias, isto é, aquelas que existiam no período estudado (1976-1983), ou seja, antes da aplicação da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que veio dar cumprimento à reorganização administrativa do território das freguesias constantes da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, através da criação de freguesias por agregação ou por alteração dos limites territoriais.

de cavalaria, patrulha de trânsito, pelotão Shorland, pelotão de alistados, binómio e helicóptero; campo das forças em reserva – preenchido por quantidade nos subcampos: agrupamento do regimento de cavalaria, força de intervenção da unidade, companhia (-), pelotão, pelotão (-), secção, patrulha, secção de cavalaria, esquadra de cavalaria, pelotão shorland e binómio; por último o campo das observações.

Para o processamento e tratamento dos dados, além do *Microsoft Office Excel*, utilizou-se conjuntamente, um *software* com linguagem de programação para gráficos e cálculos estatísticos, o *RStudio Desktop*.

CAPÍTULO 3 - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. Introdução

Neste capítulo, apresentam-se os dados apurados através da observação dos materiais primários, com recurso a gráficos e tabelas. De seguida, procede-se à análise e discussão dos dados recolhidos que vem fundamentar o que de mais relevante se extraiu dos resultados bem como o seu significado. Logo, após este processo, será possível sustentar as respostas às perguntas derivadas apresentadas em capítulo anterior e concludentemente responder à pergunta de partida.

Os resultados expostos neste capítulo foram obtidos através das informações das 1070 fichas. Sendo que das 1070 fichas observadas, 659 (61,6 %) adquiriram uma entrada na tabela elaborada no *Microsoft Office Excel*, isto é, foram preenchidas com uma só linha, por outro lado 411 (38,4 %) desdobraram-se em mais que uma linha¹⁵, devido à informação presente nelas abrangerem casos distintos¹⁶. Totalizando assim 1742 entradas (linhas) na tabela, este é o universo de observações tido em conta neste capítulo. E para fazer referência as 1742 entradas, será usado o termo casos. Importa referir ainda que no tratamento de dados foi englobado neste universo as 27 fichas em que não houve intervenção direta da Guarda¹⁷.

3.2. Distribuição temporal dos casos com intervenção da Guarda

Verifica-se que existem três períodos *sui generis*, o período pós-25 de abril até 1976, o período pós aprovação da Constituição até 1986, e o período após a entrada de Portugal na Comunidade Europeia.

Enquadrando a reforma agrária, uma das maiores mudanças na sociedade portuguesa, considera-se que ocorreu na década de 1976 a 1986. Neste subcapítulo constrói-se uma projeção temporal dos 1742 casos com intervenção da Guarda na reforma agrária, suportados em quadros e gráficos de barras que apresentam a distribuição das intervenções da Guarda na reforma agrária por ano, por mês e por dia da semana.

¹⁵ 276 com 2 entradas, 69 com 3 entradas, 40 com 4 entradas, 14 com 5 entradas, 4 com 6 entradas, 3 com 7 entradas, 2 com 8 entradas, 1 com 9 entradas, 1 com 10 entradas, 1 com 14 entradas.

¹⁶ Ver no anexo D um exemplo de uma ficha com dois casos.

¹⁷ Apesar de haver a requisição da força por parte do MAP, o ato administrativo decorreu sem a intervenção direta da Guarda, por norma efetuados em dias anteriores com acordo de ambas as partes.

Comprova-se, como descrito no Capítulo 1¹⁸, que a primeira ação que a Guarda realizou foi no dia 20 de abril de 1976, na herdade de Cubas em Odemira, e a última a 28 de setembro de 1983 em Portel.

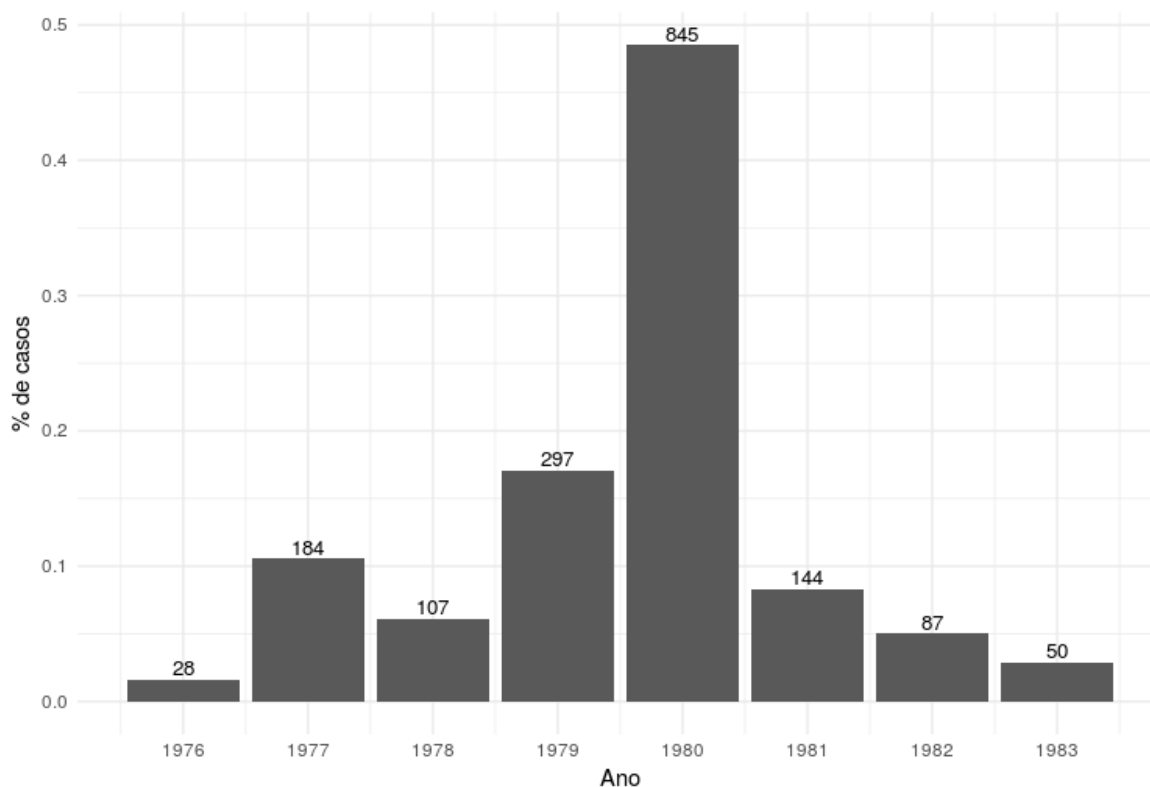


Figura n.º 1 – Distribuição dos casos por ano

Fonte: Autor

A Guarda desenvolveu as suas ações no âmbito da reforma agrária durante o período de anos 1976-1983¹⁹. A figura n.º 1 expõe a distribuição dos casos com intervenção da Guarda em percentagem por ano.

Do universo de observações verifica-se que existe um aumento de casos ao longo dos anos até 1980, que foi o ano com mais casos com intervenção da Guarda (cerca de 48,5 % do total), com exceção de 1978 que registou o maior período de tempo sem nenhuma intervenção da Guarda – de 31 de janeiro de 1978 a 19 de agosto de 1978, e após 1980 existe uma diminuição dos casos.

¹⁸ Subcapítulo 1.1.

¹⁹ Continuam após 1983, contudo os dados deixaram de ser preenchidos nestes moldes (ficha).

Além da interrupção de 1978, houve mais pausas na execução dos atos administrativos, sendo que apenas os anos 1977, 1979 e 1980 é que regista-se intervenções todos os meses²⁰.

Constata-se que nos meses de janeiro e dezembro a Guarda teve um menor número de casos, 55 e 62 respetivamente²¹. Verifica-se ainda que setembro teve 214 casos, sendo o mês com mais intervenções, destacando-se o mês de setembro de 1980, como o mês com mais casos, um total de 156, mais de 7 casos com intervenção da Guarda no âmbito da reforma agrária por dia²².

No entanto o dia com mais casos não foi em 1980 nem em setembro, foi sim em 9 de abril de 1981 e 10 de março de 1982, ambos com 17 casos.

Relativamente ao dia da semana²³, quarta-feira com 390 casos²⁴, é o dia da semana com mais intervenções da Guarda. Constata-se que a maior parte dos casos eram no início da semana (segunda-feira, terça-feira e quarta-feira) e que existe uma diminuição de casos para quinta-feira e ainda maior para sexta-feira. Verificam-se ainda casos ao fim-de-semana, mas com uma percentagem muito reduzida.

Verifica-se a suspensão da aplicação de devolução de reservas, pelo governo de Maria de Lourdes Pintasilgo, descrita no enquadramento teórico²⁵. Dentro do período de tempo ocupado pelo V GC²⁶, verifica-se que após o episódio na herdade do Vale do Nobre em São Cristóvão, Montemor-o-Novo, houve um período de tempo sem nenhum caso – de 5 de outubro a 18 de novembro – com exceção do dia 30 de outubro que teve dois casos de entrega de terras.

3.3. Distribuição espacial dos casos com intervenção da Guarda

Confirma-se que a reforma agrária se caracterizou por ser um episódio regional. Como refere Afonso de Barros (1979)²⁷, que no seu estudo representa a reforma agrária como “sendo um fenómeno de incidência regional”.

²⁰ O apêndice B expõe em tabela o n.º de casos por mês e por ano.

²¹ O apêndice C expõe a distribuição dos casos com intervenção da Guarda em quantidade por meses na totalidade dos anos.

²² Foi tido em conta apenas os dias úteis (22) de setembro de 1980, pois não se verifica nenhuma intervenção nem ao sábado nem ao domingo nesse mês.

²³ O apêndice D expõe a distribuição dos casos com intervenção da Guarda em por dia da semana.

²⁴ Este universo de observações é constituído por 1740, pois duas das fichas não fazem referência ao dia.

²⁵ Subcapítulo 1.2.

²⁶ Ver apêndice A.

²⁷ Subcapítulo 1.3.1.

Por tal fato as ações da Guarda no âmbito da reforma agrária desenvolveram-se quase exclusivamente na região do Alentejo²⁸. Do universo de observações verifica-se que houve 777 casos no distrito de Évora, 526 casos no distrito de Portalegre, 439 casos no distrito de Beja, 1 caso no distrito de Santarém e 1 caso no distrito de Setúbal.

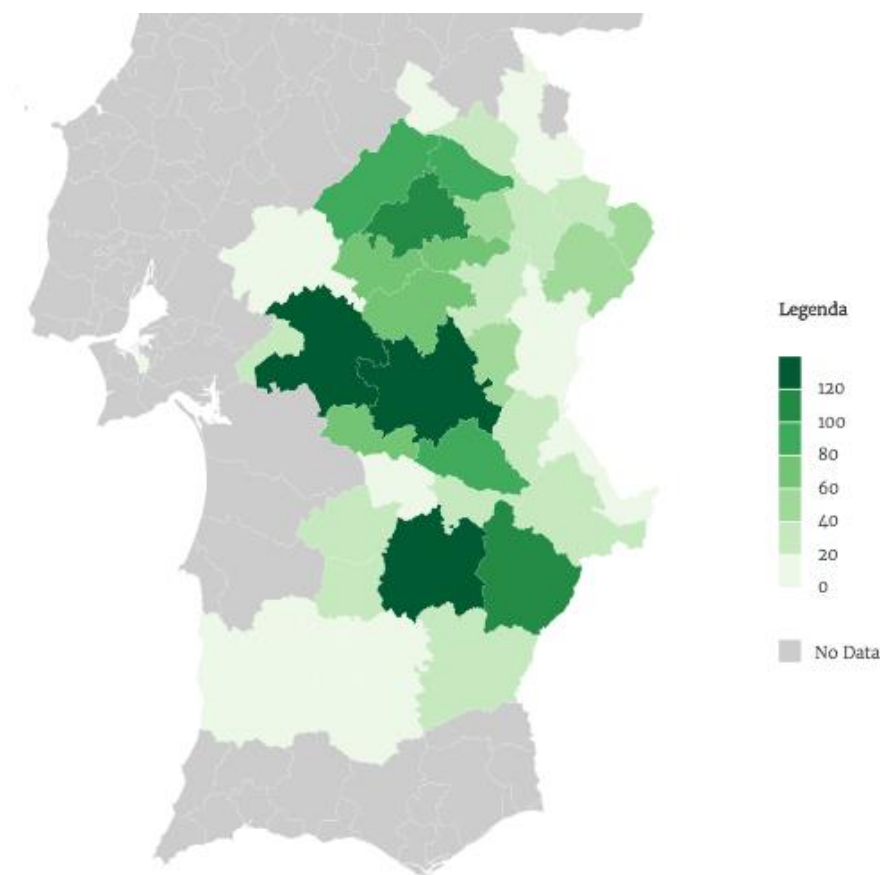


Figura n.º 2 – Projeção espacial dos casos por concelho

Fonte: Autor

A figura n.º 2 expõe a projeção espacial dos casos por concelho. Ao todo observa-se casos em 44 concelhos.

Os concelhos com mais de uma centena de casos foram: Évora (199), Montemor-o-Novo (197), Beja (136), Serpa (118) e Avis (107). Os concelhos com mais de meia centena de casos e menos de uma centena foram: Ponte de Sôr (88), Alter do Chão (83), Portel (83), Arraiolos (77), Mora (77), Viana do Alentejo (65), Sousel (62), Redondo (59), Fronteira

²⁸ O apêndice E expõe em mapa o n.º de casos por distrito.

(54), Campo Maior (52) e Elvas (51). Os concelhos com mais de uma dezena de casos e menos de meia centena foram: Ferreira do Alentejo (38), Reguengos de Monsaraz (37), Monforte (31), Crato (28), Moura (28), Vidigueira (28), Aljustrel (27), Estremoz (27), Vendas Novas (24), Arronches (20), Mértola (20), Odemira (18), Alvito (17), Castro Verde (16), Portalegre (16), Alandroal (15), Cuba (15), Mourão (15) e Vila Viçosa (12). Os concelhos com menos de uma dezena de casos foram: Gavião (9), Ourique (9), Borba (7), Castelo de Vide (4), Almodôvar (1), Assumar (1), Barrancos (1), Barreiro (1) e Coruche (1).

Pela observação da figura n.º 2 comprova-se que a incidência dos casos preenche grande parte da ZIRA²⁹, e verifica-se que existe uma maior incidência no centro do Alentejo, e menor nas zonas limítrofes.

3.4. Atuação da Guarda na reforma agrária

No seu sentido lato, a questão principal da reforma agrária assentava num conflito de interesses. Por conseguinte, dessa divergência de argumentos sobre a posse e exploração das terras, determinou-se a presença de uma força de segurança que acompanhasse o processo de redistribuição latifundiária no terreno, através de requisições do MAP à Guarda³⁰, não obstante da possibilidade de surgirem situações de concordância entre partes.

Face a esta moldura, a atuação da Guarda enquadrava-se na prevenção de hostilidades entre as partes envolvidas no processo. Sendo a Guarda uma força isenta e imparcial, não era da sua responsabilidade tomar parte nas questões relativas a cada situação, tampouco, deliberar sobre quem seria o legítimo proprietário do património físico de que eram alvo as entregas. Esclarece-se ainda, que os processos administrativos do Governo eram desconhecidos à Guarda.

Assim, neste subcapítulo averigua-se em concreto a responsabilidade atribuída à Guarda pela Tutela. Igualmente, é caracterizado o dispositivo da Guarda, bem como a força predominante no terreno e, consequentemente, os incidentes resultantes do processo da reforma agrária.

3.4.1. Tipologia de intervenção

O espetro de intervenções da Guarda no teatro de operações da ZIRA era alargado. A Guarda interveio no âmbito da reforma agrária para estabelecer condições de segurança

²⁹ Ver anexo B.

³⁰ Ver anexo C.

aos técnicos do MAP, para que estes desenvolvessem o seu trabalho. A Guarda criou condições para a realização dos atos administrativos de entrega de terras³¹, entrega de produtos/meios de produção³², entrega de prédios/casas³³ e entrega de bens³⁴.

Além desses tipos de intervenção, a Guarda ainda interveio para: desocupar terras por se verificar ceifa ilegal, ou porque após os técnicos do MAP realizarem uma entrega de terra havia reocupação; criar condições de segurança ao trabalho da terra e outros; prevenir situações de alteração de ordem pública, nomeadamente quando recebia notícias de possíveis reocupações, manifestações; realizar patrulhamentos de segurança; e, recuperar produtos furtados como gado, azeitona, batatas e cortiça.

Era frequente, a Guarda realizar várias entregas em simultâneo, quando se previa um baixo risco de conflitos. Verifica-se também que, por vezes, enquanto decorriam operações planeadas, inopinadamente havia a necessidade de outras intervenções em outros locais, provocando movimentações inesperadas.



Figura n.º 3 – Tipologia de intervenção

Fonte: Autor

³¹ Adota-se o termo entrega de terras conquanto a terminologia nas fichas variar entre “entrega de herdade”, “entrega de reserva”, “entrega de quinta”, “entrega de parcela de herdade”, “devolução de herdade”, “restituição de herdade”, “entrega de terras”, entre outros.

³² Adota-se o termo entrega de produtos/meios de produção conquanto a terminologia nas fichas variar entre “entrega de gado”, “entrega de máquinas”, “entrega de gado e máquinas”, “entrega de alfaías”, “entrega de ganadaria”, “entrega de cortiça”, entre outros.

³³ Adota-se o termo entrega de prédios/casas conquanto a terminologia nas fichas variar entre “entrega de prédio”, “entrega de prédio urbano”, “entrega de prédio rústico”, “entrega de casa” e “entrega de casas anexas”.

³⁴ Adota-se o termo entrega de bens conquanto a terminologia nas fichas variar entre “entrega de bens” e “entrega de bens pessoais”.

A figura n. ° 3 expõe a tipologia de intervenção da Guarda no âmbito da reforma agrária. Verifica-se que na maior parte dos casos (93,34 %) a Guarda interveio para criar condições para os técnicos do MAP procedessem às entregas, discriminadamente: de terras (74,34 %), de produtos/meios de produção (11,25 %), de prédios/casas (3,67 %), de terras e outros³⁵ (3,39 %), e de bens (0,69 %).

Da observação das fichas, contabiliza-se que a Guarda através do seu dispositivo de segurança contribuiu para a entrega de pelo menos 2169 terras.

3.4.2. O dispositivo da Guarda³⁶

O dispositivo da Guarda na área de jurisdição da ZIRA era constituído por dois batalhões. O batalhão n. ° 2 com comando em Lisboa e jurisdição na ZIRA de Setúbal, Santarém e Castelo Branco. O batalhão n. ° 3, o mais relevante no âmbito da investigação por ser o principal ator no terreno, com comando em Évora e jurisdição na ZIRA de Évora, Beja e Portalegre. Este último, era composto por cinco companhias rurais mistas (Setúbal, Beja, Évora, Portalegre e Faro), com um efetivo total de 1591 militares (1188 da arma de infantaria e 403 da arma de cavalaria) e 383 solípedes (376 de sela, 5 de tiro e 2 de baste). No entanto, entende-se que a responsabilidade de atuação na ZIRA estava atribuída às companhias de Beja, Évora e Portalegre, que totalizam um efetivo de 1035 militares (739 da arma de infantaria e 296 da arma de cavalaria) e 266 solípedes (261 de sela, 3 de tiro e 2 de baste). Por vezes a companhia de Setúbal e a companhia de Faro reforçaram no terreno, operações de outras companhias do 3º batalhão.

No planeamento semanal das operações, era definido o efetivo a empenhar em cada caso. O comandante, através das informações individuais disponíveis, variáveis em cada caso, este teria particular atenção à probabilidade ou não de ocorrerem situações de conflito. Por este e demais motivos e considerações, por norma havia uma força empenhada no local do ato administrativo bem como outra força que constituía a reserva, esta última, normalmente mantinha-se no posto mais próximo do local, pronta a atuar à ordem do comandante no terreno. Portanto, o dispositivo define-se por dois grupos, o empenhado no local e a reserva.

³⁵ Dos 59 casos que engloba esta divisão, 50 deles foram de entrega de terras e produtos/meios de produção, 8 de entrega de terras e prédios e 1 de entrega de terras e bens.

³⁶ Além do tratamento dos dados das fichas, em forma de complemento, neste subcapítulo é utilizada informação constante no documento que regista os efetivos orgânicos de 1964 e posteriores atualizações até à década de 80.

No local, regista-se o empenhamento das seguintes forças: companhia, pelotão (+), pelotão, pelotão (-), secção (+), secção, secção (-), equipa, patrulha, binómio, pelotão de cavalaria, pelotão de cavalaria (-), secção de cavalaria, esquadra de cavalaria, pelotão Shorland, pelotão de alistados; e em reserva regista-se: companhia (-), pelotão, pelotão (-), secção, patrulha, secção de cavalaria, esquadra de cavalaria, binómio, pelotão Shorland, agrupamento do regimento de cavalaria (RC) e a FIU.

Quadro n.º 1 – Composição da força por escalão

Escalão	Constituição
Companhia	181 militares (3 pelotões) (4 oficiais, 6 sargentos, 30 cabos, 141 soldados)
Companhia (-)	129 militares (- pelotão)
Pelotão (+)	69 militares (+ secção)
Pelotão	52 militares (3 secções) (1 oficial, 1 sargento, 8 cabos, 42 soldados)
Pelotão (-)	35 militares (- secção)
Secção (+)	25 militares (1 sargento e 3 cabos ou 4 cabos, 21 soldados)
Secção	17 militares (1 sargento e 2 cabos ou 3 cabos, 14 soldados)
Secção (-)	9 militares (1 sargento e 1 cabo ou 2 cabos, 7 soldados)
Equipa	5 militares
Patrulha	2 militares
Pelotão Cavalaria	31 militares/solípedes (4 esquadras) (1 oficial, 1 sargento, 7 cabos, 22 soldados)
Pelotão Cavalaria (-)	25 militares/solípedes (- esquadra)
Secção Cavalaria	12 militares/solípedes (2 esquadras)
Esquadra	6 militares/solípedes (1 cabo, 5 soldados)
Pelotão blindado/shorland	18 militares (2 secções de combate e viatura de comando) (1 oficial, 2 sargentos, 4 cabos, 11 soldados)
Secção de combate/shorland	6 militares (2 viaturas) (1 sargento, 1 cabo, 4 soldados)
Binómio	1 militar/canídeo
Pelotão alistados	Sem dados
Agrupamento RC	Sem dados
FIU	Igual a pelotão

Fonte: Autor

O quadro n.º 4 expõe a composição da força por escalão, elaborado com informações presentes nas fichas, bem como de outros documentos do arquivo histórico da GNR.

Da análise das fichas, regista-se que a Guarda, no âmbito da reforma agrária, empenhou 92 220³⁷ militares no local e 71 593³⁸ militares em reserva, ao longo do período observado.³⁹ No que respeita aos meios animais, contabiliza-se ainda o empenhamento de 736 solípedes e de 150 canídeos no local, bem como, 468 solípedes e 615 canídeos em reserva.

Os escalões/forças empenhados com mais frequência no local, por ordem decrescente, foram: pelotão (927 casos), equipa (586 casos), secção (142 casos), esquadra (88 casos), binómio (77 casos), patrulha (38 casos).

Relativamente à reserva, acredita-se que esta tenha sido empenhada no local em casos de maior conflitualidade, ainda assim, pela observação exclusiva das fichas, não se verifica o empenhamento da mesma em nenhum dos casos.

Como descrito no enquadramento teórico⁴⁰, a Guarda foi reforçada com carros blindados Shorland Mark III. Assim, no período de abril de 1976 a outubro de 1978, regista-se o empenhamento de um pelotão blindado⁴¹, também conhecido por pelotão Shorland, em 11 casos no local, e 21 casos em reserva.

A Guarda teve também à sua disposição um helicóptero da Força Aérea Portuguesa, que empenhou no local, para coordenar operações simultâneas. Dessa forma, verifica-se a utilização do helicóptero em 7 casos, durante o período de abril de 1976 a setembro de 1977.

Em setembro de 1980, a Guarda alterou o seu *modus operandi*. Se até então, por norma, no local era empenhado um pelotão por caso, com o complemento de outras forças (esquadra, binómio), no período subsequente, salvo casos atípicos, o procedimento passou por empenhar um dispositivo menor – uma equipa de 5 militares por caso.

³⁷ Número referente a 1682 casos que têm informação, sendo que, em 27 casos não houve intervenção direta da guarda e em 33 casos não há registos de forças empenhadas. A este número some-se a presença de 1 pelotão de alistados em 3 casos.

³⁸ A este número some-se a presença de um agrupamento do RC em 27 casos.

³⁹ Resultados obtidos com a aplicação dos dados constantes no quadro n.º 4.

⁴⁰ Subcapítulo 1.1.

⁴¹ De acordo com a instrução do regimento de cavalaria da GNR, sobre o carro patrulha Shorland MK3 e outros documentos do Arquivo Histórico da GNR, o pelotão era composto por 5 carros de patrulha Shorland Mark III, com uma guarnição de 3 militares por carro (chefe de viatura, condutor e apontador). A Shorland Mark III estava equipada, na torre, com uma metrelhadora FN MAG, calibre 7,62.

3.4.3. Forças externas à Guarda

A Guarda, no cumprimento da sua missão, deparou-se, por vezes, com forças adversárias determinadas e agressivas, que faziam sentir a sua hostilidade de diversas formas e com o uso de diferentes instrumentos desde as pedras, aos machados, correntes, fundas e ainda armas de fogo.

Assim, inicialmente, surge a necessidade de se contabilizar o número de civis presentes nos locais em que houve intervenção da Guarda, e para tal, tendo por base os 280 casos que fazem referência aos civis presentes, foram estabelecidos 3 cenários possíveis.

Primeiro atente-se no quadro n.º 1, dos 280 casos com dados, contabilizam-se 92 971 civis.

Quadro n.º 2 – n.º de civis

N.º de casos	N.º de civis
1	3000
2	2000
20	entre 1000 e 1500
47	entre 500 e 999
136	entre 100 e 499
74	inferior a 100

Fonte: Autor

Desta forma, para o primeiro cenário estabelecido, o cenário com nível de probabilidade muito baixo⁴², considera-se que nos outros casos que não fazem referência ao número de civis envolvidos, estariam presentes 15 civis. Logo, segundo o primeiro cenário estiveram presentes 113 901 civis nos locais em que houve intervenção da Guarda.

Para o segundo cenário, o cenário com nível de probabilidade razoável, considera-se que nos restantes casos estariam presentes 100 civis (metade da mediana dos dados da tabela *supra*). Segundo este cenário, estiveram presentes 239 171 civis.

Para o terceiro cenário, o cenário mais provável tendo em conta os dados acessíveis pelo investigador, apoiados no 50 percentil⁴³ dos 280 casos que têm informação considera-

⁴² O 10 percentil são 40 civis por local.

⁴³ Usa-se o valor da mediana por dar um valor típico, pois não é distorcida por valores extremamente altos (3000) ou baixos (6). A média dos 280 casos com referência ao n.º de civis é 332 civis por caso.

se que nos restantes casos estariam presentes 200 civis. Portanto, no terceiro cenário estiveram presentes 385 371 civis nos locais em que houve intervenção da Guarda.

Estes civis eram, por vezes, acompanhados de representantes autárquicos, entre outros políticos e sindicalistas. Da observação, constata-se a presença de políticos no teatro de operações da ZIRA em 25 casos. Detalhadamente, os Presidentes das Câmaras Municipais de: Viana do Alentejo, Avis (5 casos), Cuba (2 casos), Évora (7 casos), Vendas Novas (3 casos), Mértola, Castro Verde, Montemor-o-Novo (2 casos) e Arraiolos; Vereadores da Câmara Municipal de: Évora (4 casos), Vendas Novas, Vidigueira, Montemor-o-Novo (2 casos), Arraiolos e Avis; o Presidente da Junta de Freguesia de: Alburnoa e Torre dos Coelheiros (2 casos); elementos da Assembleia Municipal de Évora; uma deputada do PCP; um deputado do PS; e, o chefe da UDP de Aljustrel.

Assim sendo, pela presença dos políticos referidos, confirma-se⁴⁴ que existia uma influência política no mundo rural.

O adversário⁴⁵, com juízos diferentes daqueles que tinham responsabilidades no cumprimento da Lei, fez sentir a sua opinião. Sendo que, dessa desarmonia, resultaram episódios de confronto. Para apresentar a oposição do adversário à intervenção da Guarda, ou à intervenção dos técnicos do MAP⁴⁶ que, por consequência lógica resultou em resistência à Guarda, estabeleceu-se uma escala com quatro patamares de resistência que tem por base o comportamento do adversário.

O primeiro patamar, sem oposição, quando através da observação de cada caso verifica-se que, do comportamento do adversário, não resultava obstáculo ao desenrolar do ato administrativo, ou ainda quando não fazia referência ao comportamento do adversário, pelo que se considera sem resistência.

O segundo patamar, resistência passiva, quando o adversário agia com oposição verbal, mas não física, isto é, com injúrias e difamações aos militares; organizava manifestações nas herdades, das quais se proferiam palavras como por exemplo: “Pão sim GNR não” e “GNR fora das herdades”; quando, inicialmente, havia recusa de desocupar as terras e quando havia a necessidade de dispersar de forma enérgica, mas sem a utilização de técnicas de impacto.

⁴⁴ Subcapítulo 1.2.

⁴⁵ Referidos assim no relatório do General Passos de Esmeriz.

⁴⁶ Por exemplo, em 13 de junho de 1977, na herdade do Peso em Couço, Coruche, ocorreram “incidentes quando três Engenheiros procuravam recuperar máquinas e alfaías agrícolas”. Aos tais técnicos, que pertenciam ao “CRRA/SANTARÉM”, foi-lhes recusada a entrega de “uma máquina de carregar sacos, tendo os técnicos ficado sequestrados na herdade cerca de uma hora”.

O terceiro patamar, resistência ativa, regista eventos em que o comportamento do adversário se manifestava fisicamente, isto é, quando havia agressões, como por exemplo: apedrejamentos dos técnicos do MAP e/ou dos militares, o mais comum e o uso de correntes de motosserra entre outros objetos contundentes, contra a força da Guarda.

Por último, o quarto patamar, resistência ativa com arma de fogo, que regista episódios onde, à resistência ativa descrita no patamar anterior, se soma o uso de armas de fogo por parte do adversário.

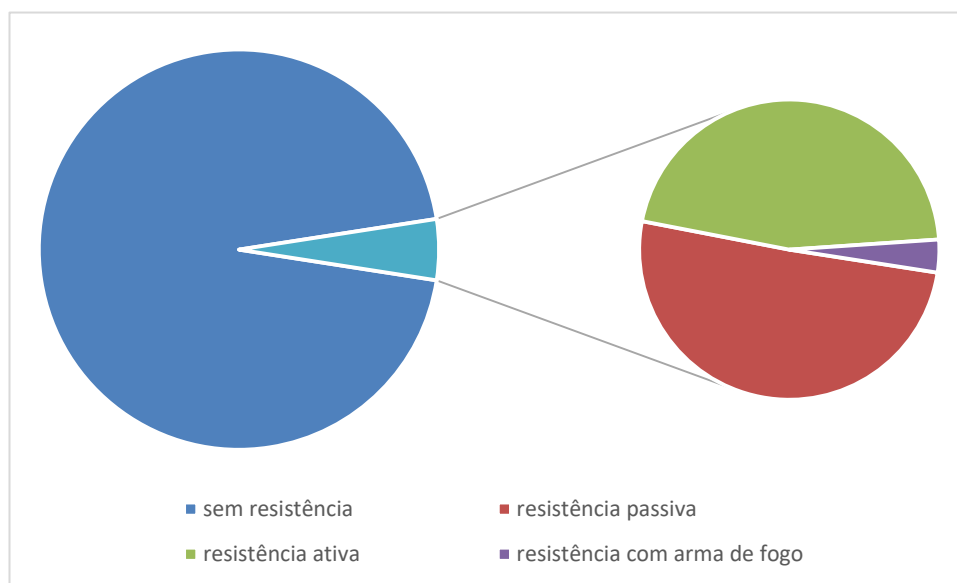


Figura n.º 4 – comportamento do adversário

Fonte: Autor

A figura n.º 4 expõe o comportamento do adversário através de dois gráficos circulares. O círculo maior está repartido entre os casos que não tiveram resistência e os que tiveram resistência. O segundo círculo, de entre os casos que tiveram resistência, está repartido pelos casos com resistência passiva, resistência ativa e resistência ativa com arma de fogo.

Observa-se que, na maior parte dos casos (1647), correspondente a 94,55 %, não se verifica resistência do adversário aos técnicos do MAP e/ou militares da Guarda. Dos restantes casos (85), verifica-se resistência passiva em 43 deles, resistência ativa em 39, e resistência ativa com armas de fogo em apenas 3 casos.

Além da oposição efetiva no terreno, convém mencionar que se verifica a exteriorização de rivalidade também fora dele, não só aos militares, mas também aos seus familiares, nomeadamente, manifestos escritos em paredes e recusas de venda de produtos

em estabelecimentos. Por fim, observam-se concentrações e manifestações, junto dos tribunais, onde se realizavam os julgamentos respeitantes a atos manifestados nas ações da reforma agrária, junto das câmaras municipais da área, e ainda, nas ruas de algumas cidades e vilas, esses eventos de demonstração pública, realizaram-se com um número de manifestantes frequentemente superior ao milhar.

3.4.3.1. Casos de resistência ativa com armas de fogo

O primeiro caso de resistência ativa com arma de fogo, corresponde à ficha n.º 481, o episódio ocorre na herdade da Fonte Boa da Vinha em Évora, no dia 31 de julho de 1979. Para este caso, a força da Guarda empenhada no objetivo era constituída por 4 pelotões e 2 binómios, e em reserva a Força de Intervenção da Unidade (FIU).

Neste caso, à Guarda competia “estabelecer condições de segurança para que os técnicos do MAP procedessem à devolução da herdade” da Fonte Boa da Vinha ao seu proprietário. No local estavam presentes “cerca de 3000 pessoas que obedeciam ao Presidente e a um Vereador da Câmara Municipal”, presentes também no local. Solicitados a sair da herdade, fizeram-no “com relutância e apedrejando” as forças da Guarda enquanto se dirigiam para a estrada, local de onde, foram proferidas palavras contra as forças da Guarda, “ouvidos (...) disparos de pistola” (pelo menos 6) e ainda “lançado fogo a restolho em vários pontos”. Durante este abandono a força da Guarda efetuou “três disparos com a espingarda antimotim”. Após o abandono, o adversário dificultou o acesso dos Bombeiros Voluntários à herdade, os mesmos conseguiram passar com grandes dificuldades e com o reforço da Guarda apagaram o fogo. O ato administrativo terminou próximo das 22:30 tendo as forças da Guarda desconcentrado do local. Cerca de uma hora depois “desconhecidos lançaram fogo às pastagens em terrenos” que tinham sido entregues. O fogo foi extinto pelos Bombeiros e populares.

O segundo caso de resistência ativa com arma de fogo, corresponde à ficha n.º 501, o episódio ocorre na herdade do Vale Nobre em São Cristóvão, Montemor-o-Novo, no dia 27 de setembro de 1979. Para este caso, a força da Guarda empenhada no objetivo era constituída por uma secção, em reserva próxima duas secções, e em reserva no posto de São Cristóvão um pelotão, um binómio e quatro solípedes.

Neste caso, à Guarda competia “estabelecer condições de segurança para que os técnicos do MAP procedessem à devolução da herdade” do Vale do Nobre ao seu proprietário. No local verificou-se a presença de cerca de 600 pessoas. “O técnico Dr. Pires

da Costa dirigiu-se às pessoas que circundavam o monte, notificando-as verbalmente de que a herdade a partir daquele momento se encontrava entregue ao seu legítimo proprietário”. Após solicitação dos técnicos do MAP e a fim de darem continuidade, “foi destacada uma força da Guarda para os acompanhar na recolha de uma manada de vacas”. Quando já perto do monte, empregados do reservatório, técnicos do MAP e a referida força “foram atacados a tiro e à pedrada” por cerca de 400 pessoas lideradas por “Lino de Carvalho, do Secretariado das UCP’s, Manuel Vicente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e José Correia, trabalhador agrícola do mesmo Sindicato”. Perante o descrito, “a força da Guarda saiu da viatura da viatura (...) e reagiu ao ataque utilizando os bastões na tentativa de vencer a resistência” o que não se verificou, “tendo aumentado a intensidade de tiros e pedradas” sobre a força da Guarda, sobre os técnicos e sobre os empregados do reservatório. Posto isto, “a força efetuou alguns disparos para o ar”, com o intuito de dispersar os opositores que “avançavam ameaçadoramente em ordem a impedir a execução do ato”. Quando parte do adversário começa a recuar, “Lino de Carvalho (...) incitou-os dizendo ‘vamos a eles que só têm balas simuladas e de borracha’” ao que o adversário voltou e assim “determinou novos disparos de intimidação para o ar por parte da força empenhada”. Com esta ação, o adversário apoderou-se da manada e pôs-se em fuga. Deste episódio “resultaram ferimentos e contusões em 8 militares da Guarda, ferimentos graves num civil e a morte de dois indivíduos”.

O terceiro caso de resistência ativa com arma de fogo, corresponde à ficha n. ° 628, o episódio ocorre na herdade das Fontainhas em Igrejinha, Arraiolos, no dia 6 de maio de 1980. Para este caso, a força da Guarda empenhada no objetivo era constituída por um pelotão, e em reserva, no posto de Portel um pelotão, e no posto de Arraiolos um pelotão e dois binómios.

Neste caso, à Guarda incumbia a missão de “estabelecer condições de segurança para que os técnicos do MAP procedessem à entrega” da herdade das Fontainhas ao seu proprietário. Foi verificada a presença de “cerca de 100 indivíduos” a quem, depois de solicitada a saída “para prosseguimento e bom andamento dos trabalhos”, os mesmos tentaram “reocupar a herdade tendo disparado dois tiros de pistola e pondo-se de seguida em fuga”, neste caso não se registaram mais incidentes.

3.4.4. Outros incidentes

Durante o período da reforma agrária viveram-se momentos intensos e violentos, existindo em permanência uma perturbação social que contribui para o aumento do sentimento de insegurança da população local, provocado, em parte, pela violência, tanto psicológica como física, do adversário, que esporadicamente, conduziu a episódios conflituosos com um elevado grau de intensidade.

Basicamente, o Governo tomava decisões que nem sempre estavam em sintonia com outros interesses políticos. Nesse seguimento, aglomerações de pessoas empenhavam-se em impedir a realização de tais decisões, portanto, só o recurso à força pública viabilizava o cumprimento dos atos da Tutela.

Do conjunto de casos em que houve resistência do adversário, registam-se 44 incidentes, ou seja, em 2,53 % dos casos ocorreram incidentes. Para a contabilização dos incidentes, não se consideram os casos em que fazia referência a obstáculos nos itinerários, como por exemplo “bicos soldados em base de chapa”, “itinerário de acesso à herdade foi barricado com pedras e paus”, abatimentos constituídos por árvores, entre outros. Porém, era relativamente comum, o adversário procurar atrasar ou mesmo impedir o acesso das viaturas aos locais do ato administrativo, provocando furos nas viaturas da Guarda, dos técnicos do MAP e/ou dos reservatários.

Assim, por consequência do comportamento do adversário, a força da Guarda teve a necessidade de aplicar técnicas de impacto com o bastão policial em 30 casos, e fazer uso de armas de fogo em cinco deles. Regista-se ainda a apreensão de um veículo, seis camionetas e a detenção de 52 indivíduos.

Por consequência destes incidentes, contabilizam-se 55⁴⁷ feridos da força adversária. Tais feridos representam, segundo o cenário com nível de probabilidade muito baixo, 0,05 % de feridos do total de adversário presente ao longo de todo o período em que a Guarda desenvolveu ações no Alentejo no âmbito da reforma agrária. De acordo com o segundo cenário, que tem um nível de probabilidade razoável, 55 feridos representam 0,02 %. No entanto, se for aplicado o cenário mais provável, o cenário que no seu rigor está mais próximo da realidade, afirma-se que dos casos com intervenção da Guarda no âmbito da

⁴⁷ Deste número, não faz parte os feridos de um caso com resistência ativa, por impossibilidade de contabilizar os mesmos, devido à referência textual da ficha n.º 559 – “algumas pessoas estiveram no Hospital de Évora a receber tratamento”.

reforma agrária, existem registos de 0,01 % de feridos do total da força adversária presente nos conflitos dos campos do Alentejo.

Resultado dos incidentes, contabilizam-se ainda ferimentos em 16⁴⁸ militares da Guarda, num técnico do MAP, em dois representantes do reservatório, e ainda em 2 trabalhadores.

Ainda assim, apesar dos momentos de hostilidade vividos no teatro de operações da ZIRA, a ação do adversário foi infrutífera, isto é, não se observa, por consequência da resistência do adversário, o incumprimento de qualquer ato administrativo para o qual foi requisitada a força da Guarda.

⁴⁸ Num caso existe referência a “feridos alguns militares da Guarda”, sendo que, não foram contabilizados.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Nesta última fase do trabalho, enfatizam-se os principais aspetos abordados e são tecidas as conclusões decorrentes da investigação, com foco na reflexão sobre os resultados apurados. Assim, realça-se o novo conhecimento produzido, responde-se às perguntas derivadas e à pergunta de partida, e alcançam-se os objetivos específicos e geral definidos no início da investigação. A resposta às perguntas é apoiada tanto na revisão da literatura levantada, como no trabalho de campo realizado. Posteriormente, referem-se as limitações e dificuldades do trabalho. Por fim, despertam-se desafios para futuras investigações.

Relativamente à primeira pergunta derivada, “Como se caracteriza o contexto histórico da reforma agrária?”, constata-se que na época se vive uma crise, em parte resultado de um sistema de monopólios consolidado em Portugal. Por isso, vivia-se um período revolucionário, onde o Governo dava os primeiros passos na direção de reconstruir a economia, desta vez alicerçada no “socialismo”, cujo objetivo era envolver as classes trabalhadoras no projeto de reconstrução. Logo, como o Alentejo e seus campos eram controlados pelos proprietários de grande extensão de terra, em tais passos, engloba-se o fim do império latifundiário, considerado como essencial para a libertação e emancipação dos pequenos e médios agricultores.

Na história contemporânea de Portugal, a par da revolução dos cravos, que se constituiu como um ponto de viragem, encontra-se o processo da reforma agrária, historicamente situado num período agitado da vida nacional. A frescura do fim do regime autoritário, a recente liberdade de expressão e associação, que por décadas foi suprimida e censurada, foram o motor da “revolução dentro da revolução”, impulsionando o *status quo* para uma explosão social no período pós-revolucionário.

Após a aprovação da Constituição, em 2 de abril de 1976, inicia-se o processo da reforma agrária, que ocupa um lugar de prioridade dentro das incumbências do Estado. Deste modo, ainda sobre a vigência do VI Governo Provisório, chefiado por Pinheiro de Azevedo e com Lopes Cardoso no cargo de Ministro da Agricultura e Pescas, é feita a primeira requisição à Guarda no âmbito do processo, materializando-se com a primeira intervenção da Guarda na herdade de Cubas em Odemira, Beja, a 20 de abril de 1976.

Sobre a segunda pergunta derivada, “Quais foram os locais de maior e menor incidência de atuação da Guarda?”, corrobora-se a tese de que a reforma agrária é um episódio regional. Apesar da CRP e o primeiro projeto do governo relativo à reforma agrária,

conferir um horizonte nacional à mesma, das observações realizadas, sobressai a região do centro do Alentejo. A atuação da Guarda preenche o grosso da área da ZIRA, sendo que, se verifica, maioritariamente, casos nos distritos de Évora, Portalegre e Beja, com 44,6%, 30,2%, e 25,2% dos casos respetivamente. Pormenorizadamente, destacam-se os concelhos de Évora, Montemor-o-Novo, Beja, Serpa e Avis.

Relativamente à terceira pergunta derivada, “Quais foram os momentos de maior e de menor incidência da atuação da Guarda?”, esclarece-se que a utilização da Guarda no âmbito da reforma agrária fez-se por absoluta necessidade testemunhada de obter o respeito pela legalidade e ordem pública. A sua intervenção, requisitada pelo Governo, serviu para anular as intenções e ações do adversário, que procurava impedir o Governo, nomeadamente o MAP, de realizar as funções que lhe competiam constitucionalmente. Logo, a maior ou menor incidência de casos está naturalmente subordinada à intenção do Governo, que se faz sentir nas requisições entregues à Guarda, pois sempre foi do Governo a responsabilidade de conduzir o processo.

Posto isto, da projeção temporal desenhada infere-se que o período de maior incidência de casos coincide com o tempo de vigência do VI Governo Constitucional, presidido por Francisco Sá Carneiro, que nomeou para a equipa do MAP, António Cardoso e Cunha (Ministro da Agricultura e Pescas) e João Goulão (SEEA). Realça-se ainda, no período suprarreferido, a existência de fases em que a média de casos com intervenção da Guarda por dia, é superior a sete, nomeadamente setembro de 1980.

Em 1978 verifica-se o período de tempo mais longo sem nenhum caso com intervenção da Guarda, de 31 de janeiro a 19 de agosto. Realça-se ainda outra interrupção, de relevância no processo da reforma agrária. A pausa de 1979 ocorreu durante a vigência do V Governo Constitucional, chefiado por Maria de Lourdes Pintasilgo, que determinou a suspensão dos atos administrativos após o incidente em São Cristóvão, Montemor-o-Novo. Neste incidente faleceram duas pessoas naturais do Escoural, resultado de conflitos de interesses que por sua vez se manifestaram em atitudes hostis dos trabalhadores para com os técnicos do MAP bem como para com os militares da Guarda, e consequente reação desta.

No que concerne à quarta pergunta derivada, “Qual foi o modo de atuação da Guarda no processo da reforma agrária?”, apura-se que, em média, no caso de ser aplicado o cenário mais provável de civis presentes no local, a Guarda, no âmbito das ações desenvolvidas no processo da reforma agrária, concentrou um dispositivo com uma proporção de 1 militar para cada 4 adversários.

A atuação da Guarda revela-se intimamente ligada ao comportamento das forças

externas, isto é, o modo de atuação da Guarda durante o processo da reforma agrária, corresponde a uma opção dessa força externa, pelo que existe uma relação de proporcionalidade entre o grau de oposição do adversário e o patamar do uso da força aplicado pelos militares.

Verifica-se flexibilidade e dinâmica na concentração de forças, ao longo do processo, sendo que, se em momentos eram empenhados 100 militares no local, noutros eram empenhados 5 militares.

Logo, com as respostas às perguntas derivadas, é oportuno responder agora à pergunta de partida, “Qual foi o papel da GNR nas ações de entrega de terras durante o processo da reforma agrária no período entre 1976 e 1983 na região do Alentejo?”.

A atuação da Guarda foi pronta e eficaz, sendo de salientar a atenção prestada à evolução da situação caso a caso, onde a notícia produziu informações, proporcionando uma constante adaptação, bem como a atenção às alterações do contexto do processo da reforma agrária como um todo. Provou-se também, nesta época, uma célere capacidade de concentração de efetivos. Os fatos apurados contribuíram para retratar o comportamento da Guarda, dos quais depreende-se que no seu todo o dispositivo demonstrou firmeza na sua atuação, conduzindo a missão para o sucesso. Logo, acredita-se que a missão foi cumprida com eficácia. Neste estudo tal eficácia é traduzida na taxa residual de feridos resultantes dos incidentes cuja variabilidade oscila entre 0,01% e 0,05%, ou seja, números evidentes, merecendo, pois, respeito e reflexão.

Registaram-se momentos de hostilidade, pois existia uma perturbação social, que contribuiu para o aumento do sentimento de insegurança da população local, provocado por episódios conflituosos com um elevado grau de intensidade. Como o Governo tomava decisões que entravam em choque com outros interesses políticos, aglomerações de pessoas, por vezes lideradas por políticos e sindicalistas, empenhavam-se decisivamente para impedir a realização de tais decisões, portanto, só o recurso à força pública viabilizou o cumprimento dos atos administrativos do Governo. Porém, desses empenhamentos no terreno, apura-se que a ação do adversário foi infrutífera, pois não se observa por consequência da resistência do adversário, o incumprimento de qualquer decisão governamental para a qual foi requisitada a presença da Guarda.

Com base no conhecimento desvelado, acredita-se que o processo da reforma agrária como um todo, desenrolou-se de forma tranquila e segura, em virtude da atuação enérgica e dinâmica da Guarda, que demonstrou ter controlado todo o processo, norteando-o para o sucesso. No fundo, à luz do novo conhecimento produzido, a investigação revela que num

dos momentos mais críticos da história contemporânea de Portugal, abarcado por um teatro de operações que se reconhece como complexo, porventura de interesses antagónicos, foi a Guarda que garantiu a condução do processo para a estabilidade desejada, contribuindo assim, para a consolidação da democracia em Portugal.

Relativamente às limitações da investigação, regista-se a impossibilidade de recolher alguns dados que poderiam expandir os resultados, por não existirem registos bibliográficos ou históricos dos mesmos. Outra limitação prende-se com a escassa bibliografia sobre a intervenção da GNR na reforma agrária.

Quanto aos desafios para futuras investigações, propõe-se uma comparação dos resultados apurados e apresentados neste relatório científico com os fatos narrados pela Comunicação Social, desde então. Propõe-se ainda, um estudo comparativo com outros momentos de reforma na área da agricultura, sejam eles nacionais ou fenómenos estrangeiros.

Por fim, crê-se que este estudo representa uma mais-valia para a vivacidade da área científica de história em geral, com ênfase na história e cultura da segurança em Portugal e da GNR em particular, impulsionando futuros estudos no domínio da reforma agrária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Academia Militar – Direção de Ensino (2016). Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 522/1ª de 20 de janeiro. Trabalho de Investigação Aplicada (TIA).
- Agriculture in Portugal - 1870-2010 (FCT-PTDC/HIS-HIS/122589/2010) (2015). Agrarian Public Services Elites (1918-2013). Disponível em <http://www.ruralportugal.ics.ul.pt/data-files/>.
- American Psychological Association [APA]. (2010). Publication Manual of the American Psychological Association (6ª ed.). Washington, DC: APA.
- Andrade, N. (2011). *100 Anos - Guarda Nacional Republicana [1911-2011]*. Lisboa: Guerra e Paz.
- Andrade, N. (2008). *Para além do portão: a GNR e o carmo na revolução de abril*. Lisboa: Guerra e Paz.
- Andrade, N. (2016). Passos Esmeriz: A GNR na Estabilização Democrática em Portugal. Em A. M. Hespanha, L. C. Oliveira, L. E. Azevedo, F. Bandeira, P. B. Santos, D. T. Pereira, et al., *Mais Figuras do Judiciário (séc. XIX-XX)* (pp. 167-178). Coimbra: Edições Almedina.
- Assembleia da República [AR] (1977). Lei n.º 77/77 de 29 de setembro: Bases gerais da Reforma Agrária. *Diário da República*, 1ª série, n.º 226, 2374-2385.
- Assembleia da República [AR] (2005). Lei Constitucional n.º 1 de 12 de agosto: Sétima revisão constitucional. *Diário da República*, série I-A, n.º 155, 4642-4686.
- Assembleia da República [AR] (2013). Lei n.º 22/2012 de 30 de maio: Regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica. *Diário da República*, 1ª série, n.º 105, 2826-2836. *Diário da República*, 1ª série, n.º 226, 2374-2385.
- Assembleia da República [AR] (2013). Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro: Reorganização administrativa do território das freguesias. *Diário da República*, 1ª série, n.º 19, 2-147.

- Barreto, A. (1987). *Anatomia de Uma Revolução: a Reforma Agrária em Portugal 1974-1976*. Sintra: Publicações Europa-América.
- Barreto, A. (1983). *Memória da Reforma Agrária*. Sintra: Publicações Europa-América.
- Barreto, A. (1983). O Estado e a Reforma Agrária 1974-1976. *Análise Social*, XIX, pp. 513-575.
- Barros, A. d. (dezembro de 1979). A Reforma Agrária em Portugal e o desenvolvimento económico e social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº3, pp. 53-74.
- Barros, A. d. (1979). *A Reforma Agrária em Portugal. Das ocupações de terras à formação das novas unidades de produção*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária.
- Cruzeiro, M. M. (2000). 25 de Abril de 1974. Em B. d. Santos, M. M. Cruzeiro, A. J. Monteiro, J. S. Ribeiro, M. E. Teixeira, & M. I. Lemos, 25 de Abril. *Uma Aventura para a Democracia: Manual do Professor*. Coimbra: Centro de documentação 25 de abril da universidade de Coimbra.
- Esmeriz, M. C. (1980). *Documento de Difusão Interna: síntese analítica das ações da Guarda no âmbito da Reforma Agrária. Guarda Nacional Republicana, Comando-Geral*, Lisboa.
- Esmeriz, T.-G. P. (17 de março de 1995). Memórias da Revolução. (M. A. Bernardo, Entrevistador)
- Estado Maior do Exército. (10 de setembro de 1975). *Programa do MFA*. Acesso em 27 de fevereiro de 2018, disponível em Universidade de Coimbra: <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/docs25a/MFA1-2.HTM>
- Fernandes, B. H. (1978). *Reforma agrária, contributo para a sua história*. Lisboa: Seara Nova.
- Ferreira, J. M. (1983). *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril: o período pré-constitucional*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- Ferreira, J. M. (1995). *História de Portugal: Portugal em Transe (1974-1985)* (Vol. VIII). Lisboa: Editorial Estampa.
- Franco, A. L. (1994). A Economia. Em J. F. Almeida, C. Barreira, M. Carrilho, P. P. Correia, A. F. da Costa, M. C. Diniz, et al., *Portugal 20 anos de Democracia* (pp. 170-293). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Freixo, M. J. (2012). *Metodologia Científica - fundamentos, métodos e técnicas* (4ª Edição ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (1964). *Efectivos Orgânicos. Sin loco*: GNR.
- Kauark, F. d., Manhães, F. C., & Medeiros, C. H. (2010). *Metodologia da Pesquisa: um guia prático*. Bahia: Via Litterarum.
- Medina, J. (1985). *História Contemporânea de Portugal: Portugal de Abril, do 25 de Abril aos nossos dias* (Vol. III). Camarate: Amigos do Livro.
- Ministério da Agricultura e Pescas [MAP] (1975). Decreto-Lei n.º 406-A/75 de 29 de julho: Normas a que devem obedecer a expropriação de determinados prédios rústicos. *Diário do Governo*, 1ª Série, n.º 173, 1052-(1) a 1052-(61).
- Ministério da Agricultura e Pescas - Gabinete do Ministro [MAP] (1975). Decreto-Lei n.º 406-B/75 de 29 de julho: Medidas de crédito agrícola a conceder às explorações agrícolas ou pecuárias geridas por trabalhadores rurais ou pequenos agricultores sob forma cooperativa. *Diário do Governo*, 1ª Série, n.º 173, 1052-(61) a 1052-(63).
- Ministério da Agricultura e Pescas [MAP] (1976). Decreto-Lei n.º 236-B/76 de 5 de abril: Circunscrições administrativas que ficam compreendidas na área da intervenção da Reforma Agrária. *Diário do Governo*, 1ª série, n.º 81, 678-(7) a 678-(9).
- Ministério da Agricultura e Pescas [MAP] (1976). Decreto-Lei n.º 493/76 de 23 de junho: Medidas relativas à concessão pelo Estado, aos proprietários expropriados ou cujos prédios tenham sido nacionalizados, do direito de propriedade sobre uma área de terra equivalente a 50000 pontos ou a 3 ha. *Diário do Governo*, 1ª série, n.º 145, 1398-1400.

- Ministério para o Planeamento e Coordenação Económica - Gabinete do Ministro [MPCE] (1975). Decreto-Lei n.º 203-C/75 de 15 de abril: Bases gerais dos programas de medidas económicas de emergência. *Diário do Governo*, 1ª série, n.º 88, 572-(21) a 572-(27).
- Movimento das Forças Armadas [MFA] (1974). Programa do MFA. *Biblioteca Nacional de Portugal*. Acesso em 27 de fevereiro de 2018, disponível em Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/22353/2/>
- Murteira, A. (2004). *Uma Revolução na Revolução: Reforma Agrária no Sul de Portugal*. Porto: Campo das Letras.
- Presidência da República [PR] (1976). Constituição da República Portuguesa. *Diário da República*, 1ª série, n.º 86, 738-775.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2013). *Manual de investigação em ciências sociais* (6ª Edição ed.). Lisboa: grávida.
- Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana [RC/GNR] (1974). *Instrução de carro - patrulha "Shorland" MK3. Sin loco: GNR*.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Telo, A. J. (2007). *História Contemporânea de Portugal - do 25 Abril à Actualidade - Vol. I*. Lisboa: Editorial Presença.
- Varela, R., & Piçarra, C. (set-dez de 2016). A reforma agrária nos campos do sul de Portugal (1975): uma revolução na revolução. *Estudos Ibero-Americanos*, 42 (3), pp. 1189-1218.

APÊNDICES

Apêndice A – Quadro Governamental

Quadro n.º 3 – Quadro Governamental

Governos Constitucionais	Primeiro - Ministro	Ministro da Agricultura e Pescas	Secretário Estado da Estruturação Agrária
I Governo (23JUL76-23JAN78)	Mário Soares	António Barreto	Carlos Martins Portas
II Governo (23JAN78- 29AGO78)	Mário Soares	Luís Saias	António Campos
III Governo (29AGO78- 22NOV78)	Alfredo Nobre da Costa	Apolinário Vaz Portugal	Augusto Ferreira do Amaral
IV Governo (22NOV78-07JUL79)	Carlos Mota Pinto	Apolinário Vaz Portugal	Augusto Ferreira do Amaral
V Governo (01AGO79- 03JAN80)	Maria de Lourdes Pintasilgo	Joaquim da Silva Lourenço	Domingos Pereira Gaspar
VI Governo (03JAN80-09JAN81)	Francisco Sá Carneiro	António Cardoso e Cunha	João Goulão
VII Governo (09JAN81-04SET81)	Francisco Pinto Balsemão	António Cardoso e Cunha	Não há SEEA nem equivalente.
VII Governo (04SET81-09JUN83)	Francisco Pinto Balsemão	Basílio Horta	João Silva Maçãs

Fonte: Autor, adaptado de Agriculture in Portugal – 1870-2010 (2015)

Apêndice B – Distribuição dos casos por mês e por ano

Quadro n.º 4 – Distribuição dos casos por mês e por ano

Ano	Mês	Nº de casos	Ano	Mês	Nº de casos
1976	abril	1	1980	janeiro	8
	maio	1		fevereiro	48
	setembro	1		março	71
	outubro	6		abril	74
	novembro	12		maio	77
	dezembro	7		junho	53
1977	janeiro	13		julho	88
	fevereiro	16		agosto	113
	março	38		setembro	156
	abril	16		outubro	109
	maio	21		novembro	23
	junho	13		dezembro	25
	julho	4	1981	janeiro	8
	agosto	1		fevereiro	28
	setembro	15		março	5
	outubro	33		abril	30
	novembro	10		maio	18
	dezembro	4		julho	38
1978	janeiro	2		novembro	14
	agosto	1		dezembro	3
	outubro	27	1982	fevereiro	7
	novembro	56		março	17
	dezembro	21		junho	7
1979	janeiro	10		julho	4
	fevereiro	50		agosto	18
	março	40		setembro	6
	abril	30		outubro	15
	maio	35		novembro	13
	junho	35	1983	janeiro	14
	julho	48		abril	24
	agosto	7		setembro	12
	setembro	24			
	outubro	8			
	novembro	8			
	dezembro	2			

Fonte: Autor

Apêndice C – Distribuição dos casos por mês na totalidade dos anos

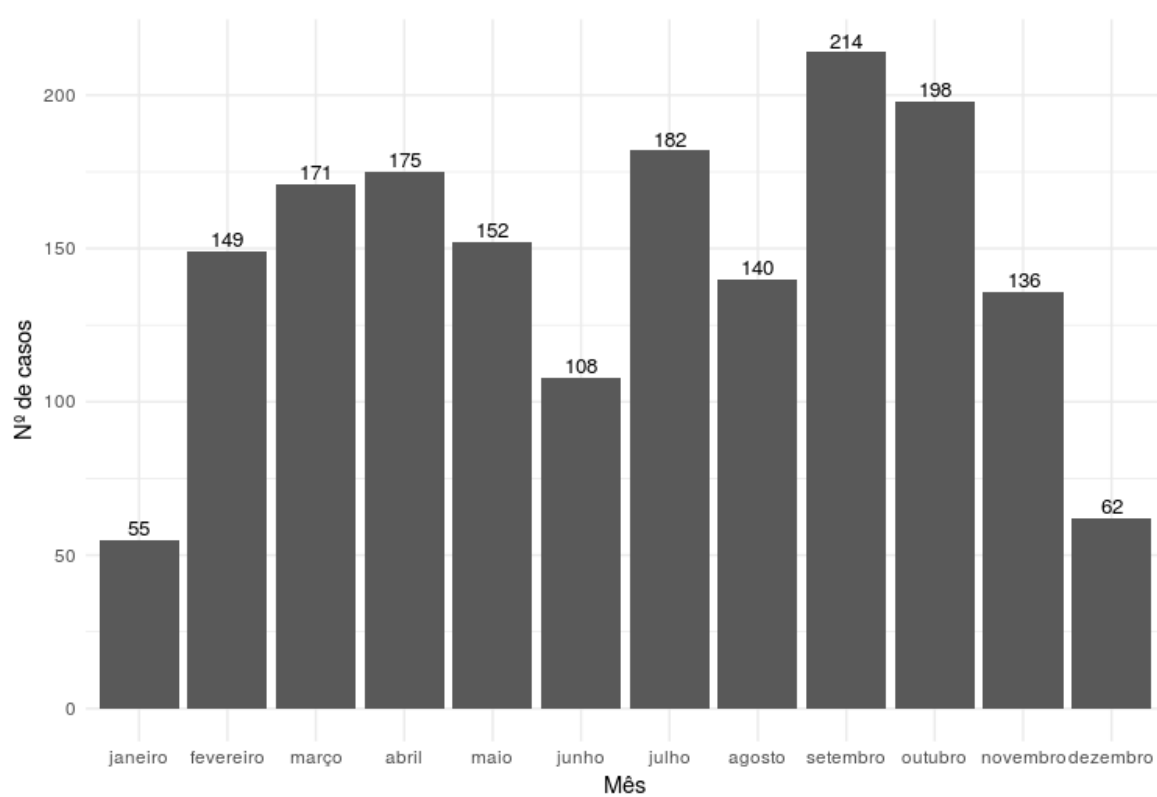


Figura n.º 5 – Distribuição dos casos por mês

Fonte: Autor

Apêndice D – Distribuição dos casos por dia da semana

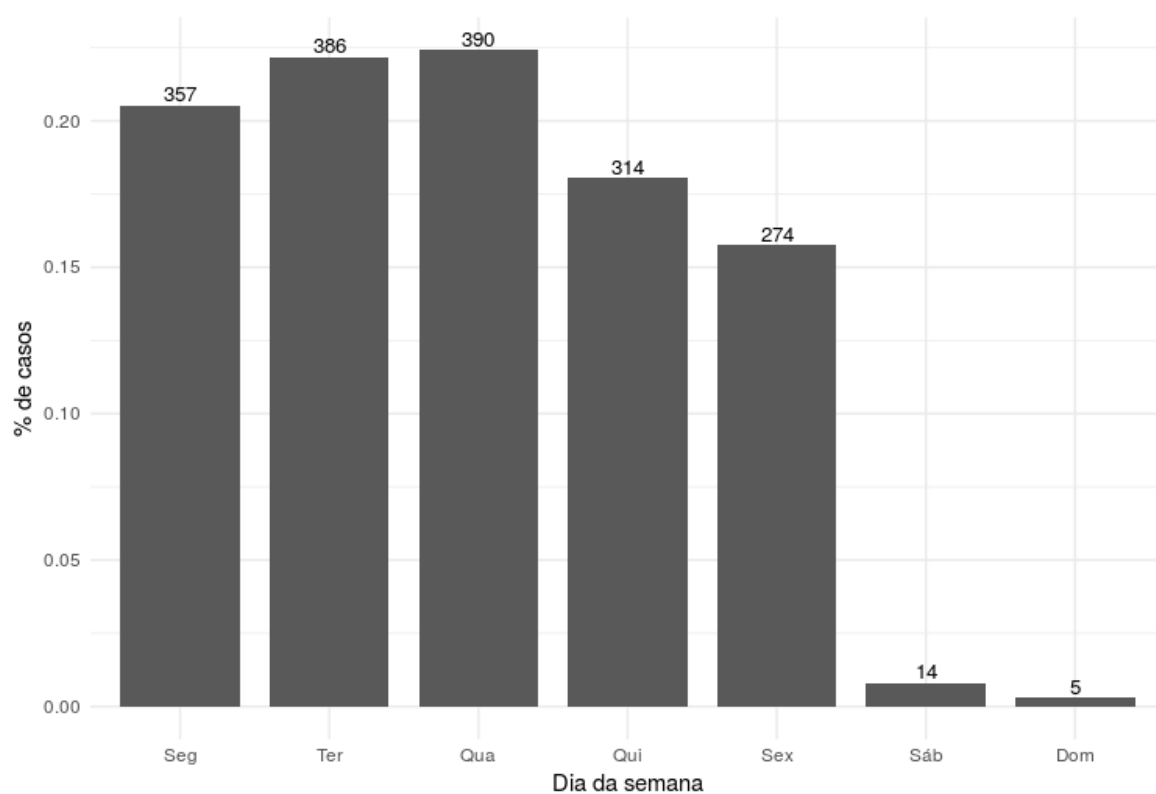


Figura n. ° 6 – Distribuição dos casos por dia da semana

Fonte: Autor

Apêndice E – Distribuição dos casos por distrito

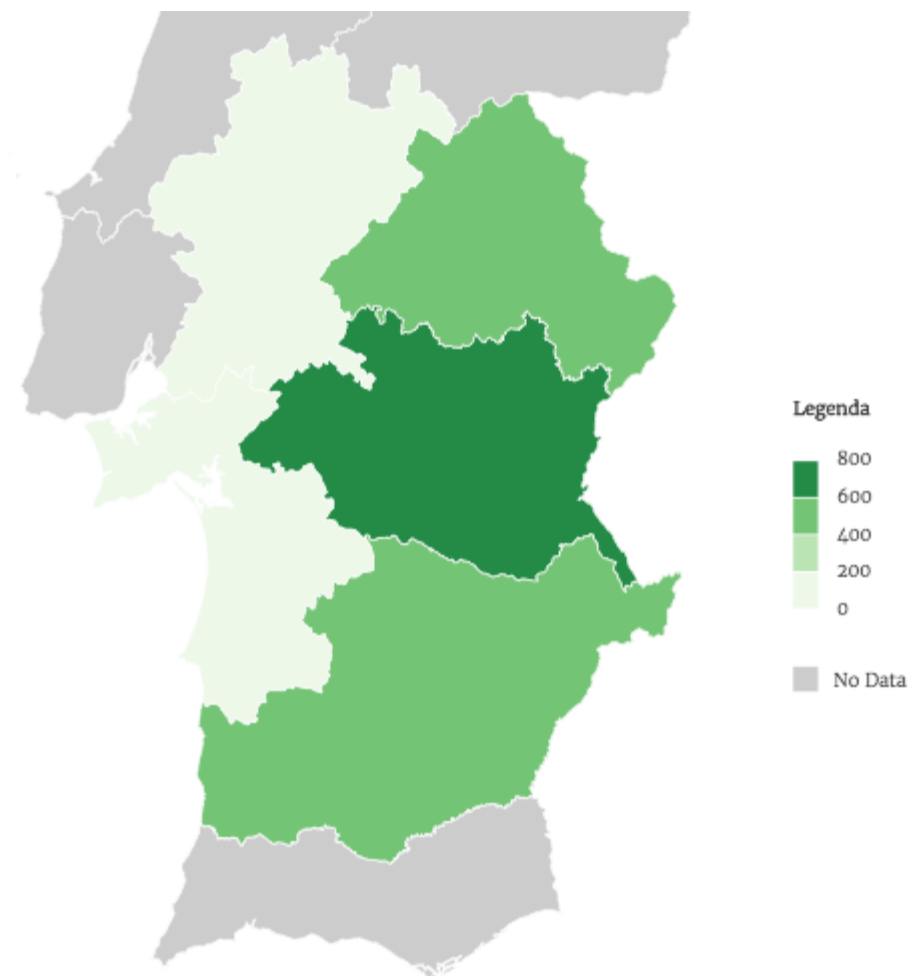


Figura n.º 7 – Distribuição dos casos por distrito

Fonte: Autor

ANEXOS

Anexo A – Exemplar da ficha de informação

[illegible]

Figura n.º 8 – Exemplar da ficha de informação

Fonte: Arquivo histórico da GNR

Anexo B – ZIRA

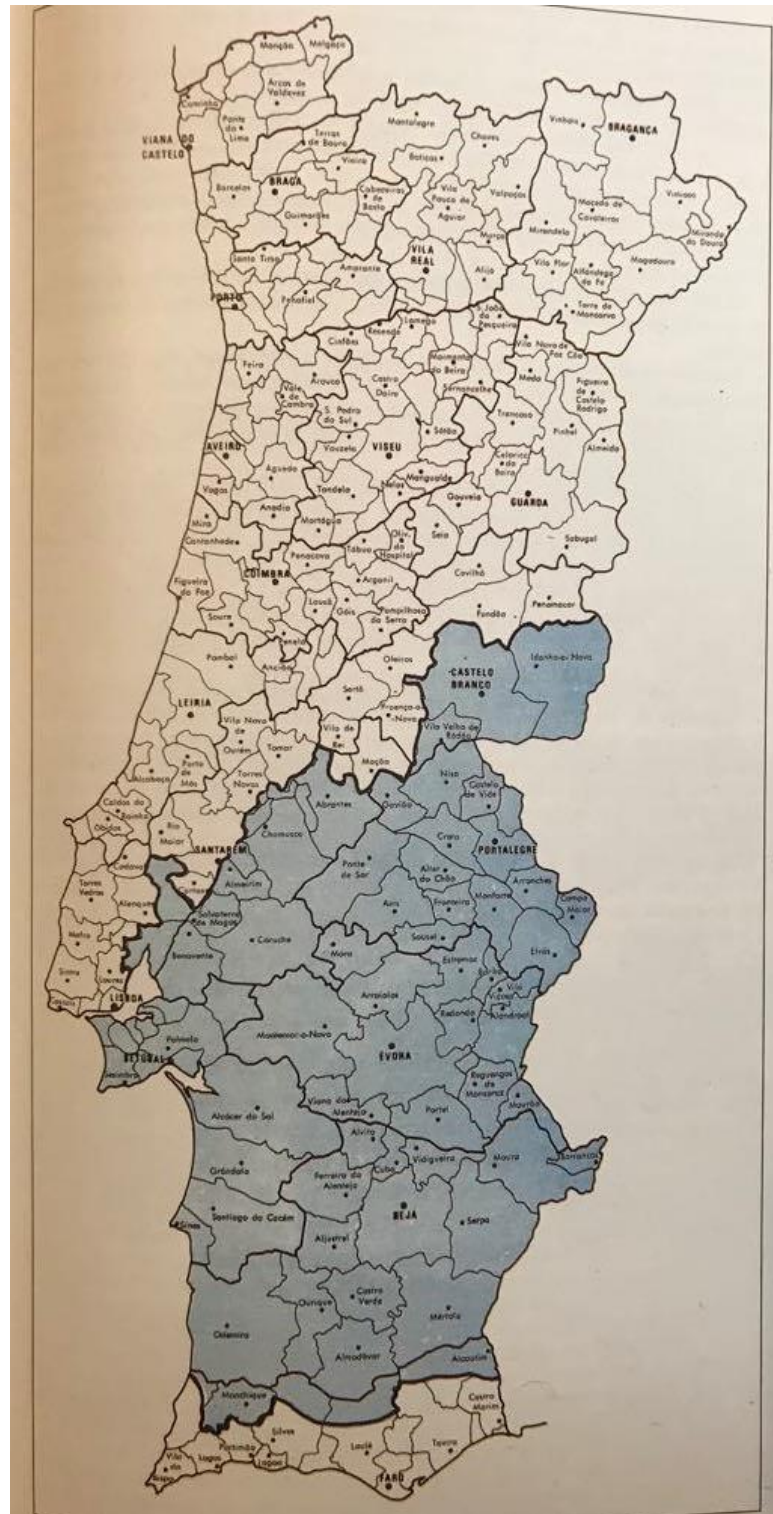


Figura n.º 9 – ZIRA

Fonte: Ferreira (1995, p. 123)

Anexo C – Requisições do MAP à Guarda

Quadro n.º 5 – Requisições do MAP à Guarda

Desde AGO76	CT BEJA	CT ÉVORA	CT PORTALEGRE	TOTAL POR ANOS
Desde AGO76 a 21JAN78	56	89	87	232
De FEV78 a SET18	---	---	---	---
De OUT78 a FEV79	48	58	118	224
De FEV79 a JUL79	58	87	112	257
De AGO79 a DEC79	3	10	23	36
Ano de 1980	271	589	239	1099
Ano de 1981	43	80	20	143
Ano de 1982	8	15	33	56
Ano de 1983	14	13	7	34
Ano de 1984	11	26	17	54
Ano de 1985	17	37	18	72
Ano de 1986	26	28	29	83
Soma	555	1032	703	2290

Fonte: Arquivo histórico da GNR

Anexo D – Ficha n.º 544

PROBLEMA: **TOUREGA (NEGRA) (CASO 73) E GADOS E MÁQUINAS (CASO 71)**

LOCALIDADE: **VIMIEIRO E ARRAIOLOS RESPECTIVAMENTE**

FORÇAS EMPENHADAS: **2 PEL'S CADA CASO. RESERVA 1 PEL NO POSTO DE VIMIEIRO**

DATAS	NOTÍCIAS	ORDEM	CLAS.	OBSERVAÇÕES
05MAR80	Estabelecer condições de segurança a técnicos do MAP fim procederem à devolução da herdade, gados e máquinas acima referidos aos seus proprietários. Quanto ao caso 71 verificada a presença de cerca de 20 indivíduos que colaboraram na devolução dos gados. Pelas 13H00 os técnicos do MAP consideraram terminado o acto administrativo que decorreu s/incidentes. Refere-se que a acta foi assinada pela respectiva Comissão. Quanto ao caso 73 presentes cerca de 800 indivíduos em grupos dispersos e atitude passiva. A demarcação da reserva processou-se s/incidentes tendo a mesma sido efectuada por um técnico do MAP em virtude do tractorista designado para o efeito se ter recusado fazê-la devido a ameaças que lhe haviam sido feitas e ter sido ainda ligeiramente agredido. Os grupos de indivíduos após notificados abandonaram a herdade. O acto administrativo foi dado por terminado cerca das 13H45. Registe-se que entre o Monte da Preta e a herdade da Tourega foram detectados vários pregos soldados que provocaram furios nos pneus das nossas viaturas.			V.F.F.

REFORMA AGRÁRIA

TÍTULO

544

Cerca das 16H30 de 05MAR no Vimeiro verificada manifestação de cerca 300 indivíduos que pretendiam passar frente ao Posto da Guarda no que foram impedidos. Constando que manifestantes pretendiam apedrejar residência reservatório foi montada segurança apropriada no sentido de evitar tal facto. A manifestação terminou cerca das 17H15 s/incidentes. Na noite de 05/06MAR80 em Arraiolos, frente à CM foram colocadas 9 máquinas agrícolas e na manhã de 06MAR80 verificada a presença de 30 pessoas que mais tarde aumentou para 50, munidas de bandeiras pretas e cartazes. Dado o estado do terreno o tractor que marcava o rego da delimitação atascou e muito dificilmente foi removido por falta de meios adequados. Deveriam ser previstos meios para fazer face a estas eventualidades.

Figura n.º 10 – Frente e Verso da ficha n.º 544

Fonte: Arquivo histórico da GNR